

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), no uso de suas atribui es previstas no Art. 47 da Lei Estadual n.º 21.352/2023, subsidiariamente   Lei Complementar n.º 195 de 08 de julho de 2022, ao Decreto Federal n.º 11.453, de 23 de março de 2023, ao Decreto Federal n.º 11.525 de 11 de maio de 2023, ao Decreto Estadual n.º 3.463/2023, da Secretaria de Estado da Cultura, vem, por meio deste Edital, tornar público o chamamento para a sele o de projetos de produ o audiovisual e de desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais, para o recebimento de fomento exclusivamente na área artístico-cultural do audiovisual.

Em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Cultura, o Edital de Chamamento Público n.º 002/2023 vem assegurar, dentro das normas estabelecidas, a valoriza o, prote o e promo o do patrim nio da produ o artístico-cultural, e das manifesta es culturais, no Estado do Paraná, concretizando o seu compromisso com a diversidade e o pluralismo cultural, com a descentraliza o das atividades incentivadas, que buscam promover a democratiza o do acesso às atividades e aos bens culturais, e o acesso   produ o e fru o da cultura em todos os municípios paranaenses.

1. DO OBJETO

- 1.1. Com fundamento no Art. 6.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 195/2022, a Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, tem o propósito de apoiar projetos de produ o audiovisual ou desenvolvimento de roteiro de obras audiovisuais, de forma exclusiva

ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos públicos ou financiamento estrangeiro, realizados por Agentes Culturais sediados ou domiciliados no Estado do Paraná há no mínimo 06 (seis) meses, retroativamente, a partir da data da habilita o.

- 1.2. A Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, prevê a inscri o de projetos a serem executados nas categorias relacionadas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.3. O resultado final deverá observar o seguinte:
 - 1.3.1. No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso serão destinados a projetos de Agentes Culturais que tenham sede (Pessoa Jurídica) ou domicílio (Pessoa Física e Cooperado, no caso de Cooperativas) em município do Estado do Paraná que não seja a Capital Curitiba e atua o artística, prioritariamente, fora da Capital.
 - 1.3.1.1. Caso o Agente Cultural pretenda se beneficiar do disposto no item 1.3.1, deverá declarar no momento da inscri o que tem sede, ou domicílio, e atua o prioritária fora da Capital, em consonância com o endereço cadastrado no sistema SIC.Cultura (www.sic.cultura.pr.gov.br).
 - 1.3.1.2. Não havendo demanda suficiente para atender   divisão citada no item 1.3.1, os valores poderão ser remanejados para contemplar projetos classificados de Agentes Culturais residentes ou sediados na Capital.
 - 1.3.1.3. Para fins de destina o dos recursos na sele o de projetos, conforme item 1.3.1, serão considerados os dados de sede ou domicílio do proponente que constem no cadastro de Agente Cultural no momento da inscri o.

- 1.3.2. Conforme estabelecido no Art. 16, §1.º, inciso IV do Decreto Federal n.º 11.525/2023, todas as categorias contemplarão uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e ações apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e ações propostos por pessoas indígenas.
- 1.3.3. A pontuação obtida na avaliação técnica e de mérito será acrescida de 05 (cinco) pontos adicionais, caso o projeto se enquadre, e expressamente o declare, sob as penas da lei, nas situações relacionadas abaixo:
- 1.3.3.1. Projetos submetidos por Agente Cultural Pessoa Física ou Pessoa Jurídica mediante análise da composição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO deste Edital.
- 1.3.3.1.1. Para o caso de grupos e coletivos culturais sem personalidade jurídica (sem CNPJ), serão considerados para fins da reserva de vagas mencionada no item 1.3.2 e da indução de nota mencionada no item 1.3.3.1 aqueles cujo representante ou a maioria dos membros integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO deste Edital.
- 1.3.3.2. Projetos cuja equipe seja predominantemente composta por pessoas integrantes dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS,

ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital.

- 1.3.3.3. Projetos que abordem temáticas relacionadas   diversidade racial, cultural, social, de g nero e de orienta o sexual, descritas no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital.
- 1.3.3.4. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.
- 1.3.3.5. Caso o projeto pretenda se beneficiar do disposto nos itens 1.3.2, 1.3.3.1 e 1.3.3.2 será necessário preencher e anexar autodeclara o conforme modelo contido no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA O, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declara o, sujeito às san oes administrativas, civis e penais, em caso de comprova o de falsidade, nos termos da lei.
- 1.3.3.6. O acréscimo de 05 (cinco) pontos mencionado no item 1.3.3 será considerado para o enquadramento em cada um dos itens 1.3.3.1, 1.3.3.2, 1.3.3.3 e 1.3.3.4 individualmente, até o limite de 20 (vinte) pontos.

2. DO VALOR DISPONIBILIZADO

2.1. O valor total de recursos para este Edital será de R\$ 49.018.503,71 (quarenta e nove milhões dezoito mil quinhentos e três reais e setenta e um centavos).

2.1.1. Os recursos financeiros destinados às atividades previstas neste Edital correrão por conta da seguinte dota o orçamentária do Fundo Estadual de Cultura: **Dota o**

Orçamentária: 5160.13392155.113 (AÇES EMERGENCIAIS COM VISTAS A MITIGAR OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19), na **Natureza da Despesa:** 3350.4100 (TRANSFERENCIAS A INSTITUICES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS E OU COM FINS LUCRATIVOS 3360.4100 e/ou 3390.4800 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA), da **Fonte de Recursos:** 715 (TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC N 195/2022 ART. 5  - AUDIOVISUAL).

- 2.2. A distribuição dos recursos será realizada levando-se em conta os critérios estabelecidos no item 3 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.
- 2.3. A Comissão de Seleção reserva-se o direito de avaliar e deliberar sobre a aprovação de um valor menor que o previsto originalmente na planilha orçamentária do projeto. Essa decisão será pautada na análise da viabilidade financeira e orçamentária do projeto, bem como a disponibilidade de recursos para este Edital, considerando as diretrizes e critérios aqui estabelecidos.
- 2.4. Após a seleção dos projetos, caso não haja classificados suficientes para o total de recursos destinados a este Edital, a SEEC poderá remanejar os recursos remanescentes para outros editais realizados com recursos oriundos da Lei Complementar n.  195/2022.
- 2.5. O valor citado no item 2.1 poderá ser suplementado com recursos da Lei Complementar n.  195/2022.
 - 2.5.1. Caso haja ampliação da dotação orçamentária, novos projetos poderão ser convocados pela Comissão de Seleção, respeitando o estabelecido no item 13 deste Edital.

3. DAS DEFINIÇES

- 3.1. Para os efeitos deste Edital, entende-se por:

- a) Projeto: formalização da proposta cultural por meio de informações e documentos apresentados à Secretaria de Estado da Cultura, conforme descrito nos itens 5, 6 e 8 neste Edital;
- b) Agente Cultural: é Pessoa Física, Pessoa Jurídica, grupo ou coletivo que se inscreve neste Edital e que assume a responsabilidade legal junto à Secretaria de Estado da Cultura pelo projeto, ou seja, por sua inscrição, execução e conclusão;
- c) Secretaria de Estado da Cultura: órgão do Governo do Estado do Paraná responsável por este Edital, doravante denominado simplesmente SEEC;
- d) Termo de Execução Cultural: instrumento firmado entre o Agente Cultural e a Secretaria de Estado da Cultura para estabelecer as obrigações das partes na implementação das modalidades previstas no Art. 6.º da Lei Complementar n.º 195/2022, com seu detalhamento previsto no Art. 23 e seguintes do Decreto Federal n.º 11.453/2023 e Art. 25 e seguintes do Decreto Estadual n.º 3.463/2023;
- e) Contrapartida: ação que deverá ser realizada pelo Agente Cultural em retribuição pelo financiamento de seu projeto com recursos públicos, conforme estabelecido no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL;
- f) Agente Facilitador: é o agente designado pela SEEC, ou instituição com delegação, como responsável pela realização da busca ativa, inscrição, acompanhamento da execução e a prestação de contas dos projetos de Agentes Culturais integrantes de um dos grupos vulneráveis elencados no item 5 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO.

4. DA PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

4.1. DA PARTICIPAÇÃO: será permitida a participação de Agentes Culturais neste Edital conforme os seguintes critérios:

4.1.1. Pessoas Físicas domiciliadas ou estabelecidas no Estado do Paraná há pelo menos 06 (seis) meses contados, retroativamente, a partir da data da habilitação.

4.1.1.1. A exigência de que trata o item 4.1.1 poderá ser dispensada nas hipóteses de Agentes Culturais pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana, circense, população nômade ou itinerante ou que se encontrem em situação de rua.

4.1.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, com sede no Estado do Paraná há pelo menos 06 (seis) meses contados, retroativamente, a partir da data da habilitação, sendo vedada a participação de qualquer Pessoa Jurídica de Direito Público, ou mesmo de pessoa jurídica de Direito Privado com contrato de gestão ou termo de parceria com a SEEC.

4.1.2.1. No caso de Agente Cultural Pessoa Jurídica, a sua representação caberá ao representante legal da empresa ou entidade, segundo disposto em Estatuto Social, Contrato Social, ata ou instrumento de procuração – devidamente registrado em cartório.

4.1.2.2. Em caso de Agente Cultural Microempreendedor Individual – MEI, deverá ter uma atividade artística e/ou cultural como atividade principal ou secundária devidamente demonstrada no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual. O Agente Cultural deverá comprovar em seu Certificado o CNAE compatível com atividades artísticas e/ou culturais.

- 4.1.3. O Agente Cultural deverá comprovar experiência de ao menos dois anos trabalhando com audiovisual ou sua formação acadêmica correlata.
- 4.1.3.1. Agentes Culturais pertencentes a grupos vulneráveis, descritos no item 5 do Anexo VI - POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, não precisarão comprovar experiência mínima de dois anos e/ou formação acadêmica correlata, referidas no item 4.1.3
- 4.1.3.2. O Agente Cultural que apresentar projeto para as categorias de Curta Metragem ou Videoclipe está dispensado de comprovar experiência.
- 4.1.4. Será garantida a participação de grupos vulneráveis, conforme descritos no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO deste Edital, e admitida a inscrição de seus projetos por meio da oralidade, reduzida a termo escrito, conforme previsto na Lei Complementar n.º 195/2022, no Decreto n.º 11.453/2023 e Decreto Estadual n.º 3.463/2023 em seu Art. 11, §5.º.
- 4.2. **VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: será vedada a participação de Agentes Culturais, caso se enquadrem em uma das situações abaixo:**
- 4.2.1. Não será aceita a inscrição de Pessoas Físicas para as **Categorias 03, 04, 05, 06 e 07**, do item 3, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;
- 4.2.2. Agentes Culturais que possuam impedimento decorrente de processo administrativo de utilização e/ou de recebimento indevido de fomento ou incentivo da SEEC;

- 4.2.3. Servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários ativos, residentes técnicos, estagiários e terceirizados da SEEC e nas suas unidades vinculadas;
- 4.2.4. Servidores ativos ocupantes de cargo ou função pública nos demais órgãos do Estado do Paraná e nas suas unidades vinculadas;
- 4.2.5. Integrantes da Comissão de Análise Técnica e de Mérito e da Comissão de Seleção dos projetos inscritos neste Edital;
- 4.2.6. Integrantes das equipes de Agentes Facilitadores vinculados ou a serviço da SEEC;
- 4.2.7. Pessoas Jurídicas que não possuam natureza ou finalidade cultural expressa no estatuto;
- 4.2.8. Pessoas Jurídicas de Direito Público da administração direta ou indireta;
- 4.2.9. Pessoa Física que possua cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3. grau:

I. servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários, residentes técnicos e terceirizados da SEEC e suas vinculadas ou com contrato de gestão.

Considerando como vinculadas:

- Associação de Amigos do Museu Oscar Niemeyer;
- Biblioteca Pública do Paraná;
- Casa Andrade Muricy;
- Centro Cultural Teatro Guaíra;
- Centro Juvenil de Artes Plásticas;
- Museu Alfredo Andersen;
- Museu da Imagem e do Som;
- Museu de Arte Contemporânea;
- Museu do Expedicionário;

- Museu Paranaense;
- PalcoParaná;
- Sala do Artista Popular.

4.2.10. Pessoa Jurídica que possua dentre os seus dirigentes, sócios ou representantes o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3.º grau:

I. agentes políticos ou dirigentes do Poder Executivo Estadual;

II. servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários, residentes técnicos e terceirizados da SEEC e suas vinculadas ou com contrato de gestão.

Considerando como vinculadas:

- Associação de Amigos do Museu Oscar Niemeyer;
- Biblioteca Pública do Paraná;
- Casa Andrade Muricy;
- Centro Cultural Teatro Guaíra;
- Centro Juvenil de Artes Plásticas;
- Museu Alfredo Andersen;
- Museu da Imagem e do Som;
- Museu de Arte Contemporânea;
- Museu do Expedicionário;
- Museu Paranaense;
- PalcoParaná;
- Sala do Artista Popular.

4.2.11. É vedado o aporte em projetos de produção e desenvolvimento de roteiro para conteúdos político-partidários, eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, infomerciais, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos, bem como

em obras audiovisuais de natureza institucional ou corporativa, ou mesmo projetos que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as institui es públicas,   dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18,  2.  do Decreto Federal 11.453/2023, com fundamento no disposto no Art. 3. , inciso IV, da Constitui o Federal de 1988.

5. DO PROJETO

- 5.1. Os elementos e informa es necessários que deverão compor o projeto visando   sua análise estão contidos no formulário/aba de inscri o dentro do sistema SIC.Cultura, cabendo aos Agentes Culturais, além do seu integral preenchimento, anexar os documentos e materiais obrigatórios exigidos pelo Edital.
- 5.2. O projeto inscrito deverá contemplar obrigatoriamente:
 - 5.2.1. Uma das categorias do Audiovisual apontadas no item 3.1 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;
 - 5.2.2. Uma das áreas de abrangência de realiza o do projeto (capital ou interior), conforme apontada no item 3.7 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.
- 5.3. Caso o projeto utilize recursos complementares oriundos de fontes diversas ao presente Edital, eles deverão ser informados no formulário/aba de apresenta o do projeto e declarados na aba “Outras Fontes de Financiamento”.
 - 5.3.1.   vedada a sobreposi o entre os itens custeados com recursos deste Edital com aqueles a serem obtidos junto a outras fontes;
 - 5.3.2. O preenchimento desta aba   obrigatório para Projetos de Finaliza o.
- 5.4. Não poderão ser custeadas com os recursos originários da Lei Complementar n.  195/2022 as seguintes despesas:

- 5.4.1. Honorários para elaboração do projeto;
- 5.4.2. Divulgação e comercialização que, somadas, ultrapassem o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento total aprovado para o projeto;
- 5.4.3. Pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidores da SEEC e das entidades a ela vinculadas;
- 5.4.4. Pagamento pela função de Agente Cultural e/ou proponente.
- 5.4.5. A remuneração pela função de Coordenação de Projeto não poderá exceder o limite de 10% (dez) do orçamento total do projeto.
- 5.5. Para fins de otimização de recursos deste Edital, a mesma Pessoa Física ou Jurídica não poderá ser remunerada por mais de 02 (duas) funções em um mesmo projeto.
 - 5.5.1. As informações referentes à(s) função(es) e remuneração(es) do(s) profissional(is) (Pessoa Jurídica) exercida(s) no projeto e relacionado(s) na aba "Ficha Técnica/ Currículo" deverão, obrigatoriamente, ser idênticas às informações preenchidas nos itens orçamentários, na aba "Orçamento Detalhado".
 - 5.5.2. Havendo profissionais que exerçam mais de uma função remunerada no projeto, o Agente Cultural deverá informar, **de forma separada**, na aba "Ficha Técnica/Currículo", cada função exercida pelo profissional no projeto, repetindo o mesmo profissional e alterando apenas a função e o valor de remuneração correspondente ao orçamento detalhado.
 - 5.5.2.1. Caso o profissional exerça mais de uma função, deverá ser apresentado um currículo para cada uma delas, respeitando o limite máximo de duas.
- 5.6. Projetos que não atendam às exigências do item 5 e seus relacionados serão desclassificados na etapa de seleção dos projetos.

- 5.7. As despesas com a aquisi o de material permanente somente serão aceitas no caso de seu valor, comprovadamente, ser menor do que o valor para a loca o do bem.
- 5.8. Conforme disposto no Art. 27 do Decreto Federal n.º 11.453/2023, os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência do fomento serão de titularidade do Agente Cultural, desde a data de sua aquisi o, nas seguintes hipóteses:
- I – quando a finalidade do fomento for viabilizar a constitui o de acervo, fortalecer a transmissão de saberes e práticas culturais, fornecer mobiliário, viabilizar aquisi o de equipamentos, viabilizar moderniza o, reforma ou constru o de espaços culturais, prover recursos tecnológicos para Agentes Culturais, prover recursos para garantir acessibilidade, ou objetivo similar; ou
 - II – quando a análise técnica da Comissão de Sele o indicar que a aquisi o de bens com titularidade do Agente Cultural   a melhor forma de promover o fomento cultural no caso concreto.
- 5.8.1. Nos demais casos, ao término do projeto o Agente Cultural deverá doar o bem para a SEEC ou, com a anuência desta, para uma institui o declarada de utilidade pública sediada no Estado do Paraná, e apresentar comprova o no relatório de presta o de contas do projeto.
- 5.8.1.1. Nos casos de rejei o da presta o de contas, o valor pago pela aquisi o será computado no cálculo de valores a devolver, com atualiza o monetária.
- 5.9. Os Agentes Culturais deverão, obrigatoriamente, incluir nos materiais de divulga o do projeto (impresso, virtual e audiovisual):
- 5.9.1. As marcas da Cultura Paraná, Secretaria de Estado da Cultura/Governo do Paraná, conforme regras previstas no Manual de Identidade Visual a ser disponibilizado no

SIC.Cultura e no site da SEEC. Também deverão ser incluídas as marcas do Governo Federal, de acordo com as orienta es técnicas do Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura

(<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/marcas-e-manual>).

5.9.2. A aplica o das marcas deverá ser complementada nos materiais de divulga o do projeto com a frase “PROJETO APROVADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - GOVERNO DO PARANÁ, COM RECURSOS DA LEI PAULO GUSTAVO, MINISTÉRIO DA CULTURA - GOVERNO FEDERAL”. A frase também deverá ser mencionada oralmente em peças de divulga o em m dias eletr nicas e/ou digitais (rádio, TV, internet), caso utilizadas, em seus espetáculos (na abertura e/ou no encerramento) e nos produtos gerados pelo projeto ( udio e vídeo, CD, DVD, Livro, Catálogo).

5.9.2.1. O Agente Cultural fica responsável por inserir o QR CODE – a ser disponibilizado pela SEEC – direcionando para o formulário de avalia o do projeto.

5.9.3. Todos os materiais de divulga o e os materiais gerados pelo projeto, em todos os seus formatos, devem ser enviados para aprova o prévia para o e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br. O prazo para análise   de 03 (três) dias úteis.

5.10. A altera o de integrantes da equipe principal constante na Ficha Técnica do projeto só será permitida após a análise e aprova o da SEEC.

5.10.1. Integrantes da equipe principal que, no momento da inscri o, tenham sido declarados como pertencentes a um ou mais grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E

DEMOCRATIZA O DO ACESSO deverá ser preferencialmente substit idos por profissionais que pertençam ao mesmo ou a outro(s) grupo(s) descrito(s) no referido item.

5.10.1.1. Caso o Agente Cultural não possa atender   determina o do item 5.10.1, deverá justificá-lo   SEEC, que avaliar  a pertinência do argumento e terá poder de deferir ou indeferir a solicita o.

5.10.2. Os demais membros, que não integrem a equipe principal constante na Ficha Técnica, poderão ser substit idos independente de análise prévia e aprova o da SEEC.

5.11. Caberá exclusivamente aos Agentes Culturais a responsabilidade pela legalidade da utiliza o e reprodu o dos elementos artísticos discriminados nos respectivos projetos, atendendo em especial às disposi oes da Lei Federal n.  9.610/1998, pertinente aos "direitos de autor", isentando o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Cultura de qualquer  nus nesse sentido.

5.12. Os projetos deverão ser concluídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publica o do Termo de Execu o Cultural, sendo que este poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante solicita o do(a) Agente Cultural, devidamente formalizada e justificada, a ser aprovada pela SEEC.

5.13. Para fins de Presta o de Contas, o Agente Cultural deverá observar os procedimentos estabelecidos no Anexo VII – PRESTA O DE CONTAS.

5.14. Respeitando o orçamento global inicialmente proposto, os projetos poderão sofrer remanejamento orçamentário em até 20% (vinte) por cento do valor previsto inicialmente para cada rubrica, sem prévia aprova o da SEEC.

5.15. A regra descrita no item 5.14 não se aplica aos seguintes casos:

- 5.15.1. No caso de haver alteração( es) no(s) valor(es) de pagamento de cach (s) do(s) profissional(is) relacionado(s) na Ficha Técnica do projeto.
- 5.15.1.1. No caso previsto no item 5.15.1, a solicitação deve ser acompanhada de justificativa detalhada e de carta de anuência assinada pelo profissional com o novo valor a ser remunerado.
- 5.15.2. Caso o pedido de remanejamento seja superior ao percentual indicado no item 5.14, ou haja a inclusão ou exclusão de rubricas;
- 5.15.3. No caso de solicitação do uso de rendimentos oriundos de aplicação financeira.
- 5.16. Recomenda-se a priorização da contratação de profissionais que sejam residentes ou tenham atividade artística comprovada no Estado do Paraná.

6. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

- 6.1. Os Agentes Culturais destinatários dos recursos previstos na Lei Complementar n.  195/2022 deverão oferecer contrapartida social, dentro do prazo e das condições acordadas com a SEEC, conforme disposições estabelecidas no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.

7. DO PROCESSO SELETIVO

- 7.1. O processo de seleção dos projetos inscritos neste Edital acontecerá seguindo as seguintes etapas:
- I – Inscrição;
 - II – Análise Técnica e de Mérito Cultural;
 - III – Publicação do resultado com notas;
 - IV – Prazo de recurso da Análise Técnica e de Mérito;

- V – Publicação do resultado do recurso;
- VI – Seleção de Projetos;
- VII – Publicação da Seleção;
- VIII – Habilitação;
- IX – Publicação da Habilitação;
- X – Prazo de Recurso da Habilitação;
- XI – Resultado Final (relação de projetos contratados).

8. DA INSCRIÇÃO

- 8.1. O período para inscrição de projetos neste Edital é de 12h no dia 10 de outubro de 2023 até 24 de outubro de 2023 às 18h00 (horário oficial de Brasília, GMT-3), devendo ser respeitados os procedimentos estabelecidos por este Edital.
- 8.2. Todo processo de Inscrição, Análise Técnica e de Mérito, Recursos, Habilitação, acompanhamento dos projetos e Prestação de Contas se dará, exclusivamente, por meio digital, através do Sistema SIC.Cultura no endereço www.sic.cultura.pr.gov.br.
 - 8.2.1. Para participar deste Edital, o Agente Cultural deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Agentes Culturais do Estado do Paraná, realizando seu cadastro no endereço www.sic.cultura.pr.gov.br.
 - 8.2.1.1. No caso de Agentes Culturais integrantes de grupos vulneráveis, conforme critérios estabelecidos no item 5 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, o cadastro no sistema SIC.Cultura será preenchido pelo Agente Facilitador responsável pelo acompanhamento.
 - 8.2.1.2. O Agente Facilitador da SEEC enviará, previamente, os documentos exigidos ao agente responsável pelo acompanhamento para fins de cadastro no SIC.Cultura.

- 8.2.2. Para que o projeto seja contemplado neste Edital o Agente Cultural **Pessoa Jurídica** deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Contratantes da Agência do Trabalhador da Cultura, preenchendo o formulário no endereço: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfQ8H69Mi2rB_hVmDW9ltOfEVcSAicarPBjw6xsbPlxhsfk8Q/viewform .
- 8.2.3. O uso do login e senha   pessoal e intransferível, cabendo exclusivamente ao usuário a correta utiliza o de seu email, senha e cadastro no Sistema.
- 8.2.4. Conforme determina o da Lei Geral de Prote o de Dados (Lei Federal n.  13.709/2018), Decreto Federal n.  6474/2020 e Decreto Estadual n.  3.463/2023, a inscri o e a participa o no certame implicará no tratamento de seus dados pessoais. A finalidade do tratamento dos dados pessoais listados abaixo está correlacionada   organiza o e   execu o deste Edital de Chamamento Público.
- 8.2.5. O nome, o CPF/CNPJ, o endereço, contatos telef nicos e o e-mail do Agente Cultural deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos discriminados no cadastro do Agente Cultural.
- 8.2.5.1. Para Agentes Culturais integrantes de grupos vulneráveis, o cadastro no sistema SIC.Cultura também incluir  os dados do Agente Facilitador, responsável pela inscri o.
- 8.2.5.2. Caso o Agente Cultural integrante de grupo vulnerável não possua endereço fixo, contatos telef nicos e/ou e-mail, o Agente Facilitador deverá incluir dados de referência, conforme indicado pelo Agente Cultural.
- 8.2.6. No caso de Pessoa Jurídica,   incumbência do representante legal da empresa realizar a inscri o no sistema SIC.Cultura.

Essa inscrio deve ser feita por meio do registro do Agente Cultural vinculado à respectiva pessoa jurídica.

8.2.7. Grupos e coletivos culturais sem personalidade jurídica (sem CNPJ) serão representados por Pessoa Física que atuará como responsável pelo projeto e deverá anexar declarao conforme modelo disposto no Anexo IX – DECLARAO DE REPRESENTAO DE GRUPO OU COLETIVO.

8.2.7.1. Para fins da inscrio de projetos de Pessoa Jurídica, além do(s) representante(s) legal(is), deverá estar relacionado o quadro societário (sócios, diretores, administradores e outros), obrigatoriamente, no Sistema de Informaoes Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.

8.2.7.2. No caso de MEI ou Sociedade Limitada Unipessoal, o próprio representante legal deverá, obrigatoriamente, estar relacionado como sócio da própria empresa no Sistema de Informaoes Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.

8.2.7.3. Para fins de verificao na fase de habilitao dos projetos, serão considerados como representantes legais de Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos (ONG, Associao, Instituto, Sociedade, Fundao etc.) apenas a figura do Presidente e Vice-Presidente ou cargos correlatos, devendo, obrigatoriamente, estarem relacionados como sócio da Pessoa Jurídica no Sistema de Informaoes Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.

8.2.7.4. Para fins de verificao na fase de habilitao dos projetos, serão considerados como o mesmo Agente

Cultural a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, quando seus proprietários, sócios, diretores ou representantes legais tiverem projetos inscritos em seu nome como Pessoa Física.

8.3. Os documentos necessários para inscri o, conforme descrito no Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO deste Edital, estarão disponibilizados no sistema SIC.Cultura, para preenchimento obrigatório das abas:

- Identifica o;
- Categorias;
- Segmentos;
- Apresenta o;
- Objetivos;
- Justificativa;
- Democratiza o de Acesso/Contrapartida Social;
- Etapas de Trabalho;
- Plano de Realiza o do Projeto;
- Ficha Técnica/Currículo;
- Orçamento Detalhado;
- Outras Fontes de Financiamento;
- Plano Básico de Divulga o;
- Plano Básico de Distribu o;
- Público Alvo do Projeto;
- Documentos e Informa es a serem anexados.

8.4. O Agente Cultural deverá fazer o preenchimento completo do formulário/abas, anexando documentos e demais conteúdos exigidos pelo Edital.

8.5. O Agente Cultural deverá anexar os documentos obrigatórios correspondentes ao Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE

COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, que compõem Análise Técnica e de Mérito a ser realizada pelas comissões técnicas de pareceristas da área artístico-cultural do Audiovisual, e ao Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO, que serão analisados na oitava etapa do processo, denominada de Habilitação, conforme expresso no item 7.1, VIII, a ser realizada pela SEEC.

- 8.5.1. A não anexação, durante a fase de Inscrição, de documentos e informações obrigatórios para a fase de Análise Técnica e de Mérito, conforme especificado no Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, resultará na impossibilidade de avaliação do projeto e acarretará na sua desclassificação.**
- 8.6. Toda a documentação deverá ser digitalizada de forma legível e, quando for o caso, frente e verso, devendo ser observado o seu prazo de validade no momento da inscrição.
- 8.7. Os documentos e conteúdos anexados deverão respeitar as especificações técnicas exigidas pelo sistema SIC.Cultura e por este Edital e seus anexos.
- 8.8.   reservado   SEEC o direito de exigir, em qualquer momento, a apresentação do(s) documento(s) original(is).
- 8.9. O ato de inscrição dos projetos implica na aceitação do estipulado neste Edital, seus anexos e nas demais normas que o integram.
- 8.10. Ao Agente Cultural Pessoa Física   obrigatória a indicação de um substituto para o projeto, devendo ser domiciliado no Paraná, bem como figurar como participante efetivo do projeto, cujo currículo e função a ser executada esteja evidenciado e preenchido na aba “Ficha Técnica/Currículo” dentro do projeto, no sistema SIC.Cultura. O substituto assumir  o lugar do Agente Cultural nas hipóteses de

falecimento, incapacidade civil absoluta, ou após o registro de inúmeras tentativas de localizar o Agente Cultural se mostrarem infrutíferas.

- 8.10.1. A indicação do substituto  obrigatória no momento da habilitação do projeto no sistema SIC.Cultura através de apontamento na aba Contratação, onde o modelo da declaração estará disponível.
- 8.10.2. O substituto indicado deverá igualmente apresentar, no ato da habilitação, os documentos listados no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO, devendo cumprir com os mesmos requisitos de habilitação, participação e observância de todas as vedações aplicáveis ao Agente Cultural e contidas neste Edital.
- 8.10.3. O substituto indicado deve, obrigatoriamente, possuir cadastro como Agente Cultural no www.sic.cultura.pr.gov.br.
- 8.11. Cada Agente Cultural poderá inscrever até 02 (dois) projetos por meio de seu CPF/CNPJ neste Edital, considerando todas as categorias previstas no item 3.1, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Contudo, somente será possível a aprovação de, no máximo, 01 (um) projeto por categoria, dentro do limite global de dois projetos para todo o Edital.
- 8.12. A Comissão de Seleção observar na seleção/distribuição dos projetos se o Agente Cultural possui projetos contemplados em outra categoria ou Edital com recursos da Lei Complementar n. 195/2022, como forma de melhor realizar a distribuição de recursos.

9. ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO

- 9.1. A etapa de Análise Técnica e de Mérito possui caráter eliminatório.

- 9.2. Entende-se por “Análise Técnica e de Mérito” a identificação do contexto social e de aspectos técnicos relevantes dos projetos concorrentes em uma mesma categoria, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste Edital.
- 9.2.1. A análise será realizada por uma Comissão de Análise Técnica e de Mérito formada por 05 (cinco) pareceristas externos da área artístico-cultural do **Audiovisual**, selecionados e contratados por Edital.
- 9.2.2. Cada parecerista que compõe a Comissão de Análise Técnica e de Mérito receberá e avaliar individualmente os conteúdos dos projetos, de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos neste Edital e do Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, pontuando cada projeto e emitindo parecer técnico.
- 9.2.3. Nesta etapa, serão classificadas os projetos que atinjam na sua pontuação final o mínimo de 56 (cinquenta e seis) pontos do total de pontos possíveis na soma dos critérios de análise técnica e de mérito, considerando os pontos extras ofertados para fins de indução de nota apenas para os projetos enquadrados nas situações indicadas no item 1.3.3. deste Edital.
- 9.2.4. A pontuação final será a soma das notas atribuídas pelos 05 (cinco) pareceristas da Comissão de Análise Técnica e de Mérito, sendo descartadas a maior e a menor nota, resultando na mdia da soma das 03 (três) notas intermediárias.
- 9.2.5. O parecerista deverá se declarar impedido de realizar análise técnica e de mérito do projeto escrito por: cônjuge e/ou companheiro, bem como os parentes por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

- 9.2.6. Contra a decisão da fase de mérito, caberá recurso destinado   Comissão de Análise Técnica e de Mérito.
- 9.3. Os recursos de que tratam o item 9.2 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publica o do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior   publica o.
- 9.4. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 9.5. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito será publicada no Diário Oficial e no site oficial da SEEC: www.cultura.pr.gov.br.
- 9.6. Os projetos que atenderem todas as exigências e atingirem a pontua o mínima de 56 (cinquenta e seis) pontos serão considerados classificados e encaminhados para a etapa de Sele o.

10. DOS CRITÉRIOS PARA A PONTUA O DE PROJETOS

- 10.1. Os critérios de pontua o adotados pela Comissão de Análise Técnica e de Mérito dos projetos observarão os parâmetros descritos a seguir:
- a) Relevância, mérito e clareza do projeto – até 15 (quinze) pontos, sendo:
- Relevância – alinhamento com a cultura local promovendo tendências que definem a cultura e/ou apoiar causas sociais que beneficiam a todos e a todas.
 - Mérito – valor artístico do projeto e a reverbera o que o mesmo terá em seu público-alvo.

- Clareza – apresentao do projeto com linguagem adequada, objetividade e de forma inteligível, ou seja, de fácil compreensão por quem l;
- b) Caráter transversal do projeto cultural com relao a outras áreas social, econmica e ambiental, sendo inovador e/ou de continuidade das iniciativas culturais realizadas pelo Agente Cultural, tais como: promoo da integrao da cultura com outras esferas do conhecimento, da vida social e da comunidade – até 15 (quinze) pontos;
- c) Incorporao no projeto de aspectos culturais, sociais, econmicos, territoriais e regionais paranaenses, que deverá considerar a capacidade mediante as aoes e resultados do projeto, de sensibilizao de novos públicos, formao de plateias e promoo de artistas / mão de obra locais e identidades territoriais – até 05 (cinco) pontos;
- d) Acesso da populao aos bens e serviços culturais de maneira a avaliar e valorar se o projeto apresentado contm aspectos de integrao comunitária, de inovao (tecnologias e comportamentos), originalidade e/ou singularidade em relao  impactos sociais, de inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) e de grupos vulneráveis de forma justa e igualitária com medidas de acessibilidade propostas conforme orientado no Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAO DO ACESSO até 05 (cinco) pontos;
- e) Potencialidade de impacto no desenvolvimento cultural das contrapartidas e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – até 10 (dez) pontos;
- f) Adequao orçamentária e viabilidade de execuo do projeto comprovando a coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execuo às metas, resultados e desdobramentos do projeto

proposto, considerando também a conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária – até 15 (quinze) pontos;

g) Atua o e contribui es no segmento cultural do Agente Cultural e dos integrantes da equipe principal com currículos e/ou portfólios que demonstrem a convergência entre o histórico de atua o do profissional e da ficha técnica com a fun o a ser exercida – até 15 (quinze) pontos;

10.2. Além da pontua o acima, o projeto poderá receber indu o de nota, ou seja, uma pontua o extra, até o limite de 20 pontos, conforme critérios especificados abaixo:

10.2.1. Projetos submetidos por Agente Cultural Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, mediante análise da composi o de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário, que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital – 05 (cinco) pontos;

10.2.2. Projetos cuja equipe seja predominantemente composta por pessoas integrantes dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital – 05 (cinco) pontos;

10.2.3. Projetos que abordem temáticas relacionadas   diversidade racial, cultural, social, de g nero e de orienta o sexual, descritas no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital - 05 (cinco) pontos;

- 10.2.4. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital – 05 (cinco) pontos.
- 10.3. No âmbito da Análise Técnica e de Mérito não poderá haver empate na pontuação final concedida aos projetos.
- 10.3.1. O desempate será feito mediante observação da aplicabilidade das políticas afirmativas no projeto, respeitada a previsão do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 10.3.2. Caso persista o empate, será feita a comparação, em escala decrescente de pontuação, considerando respectivamente a ordem dos critérios descritos no item 10.1.
- 10.3.3. Em caso de igualdade de notas, será utilizado como critério de desempate o projeto de menor valor orçamentário.
- 10.3.4. Em último caso, caso ainda haja empate, a Comissão de Seleção efetuará o sorteio para a definição do resultado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS

- 11.1. Resultarão na desclassificação ou inabilitação do projeto inscrito neste Edital, em qualquer uma das fases, as situações a seguir mencionadas:
- 11.1.1. Apresentação de projeto por Agente Cultural impedido ou que se constate irregularidade ou inconsistência nas informações prestadas, conforme disposto na Lei Complementar n.º 195/2022, nos Decretos Federais 11.453/2023 e 11.525/2023, no Decreto Estadual n.º 3.463/2023, bem como neste Edital;
- 11.1.1.1. O Agente Cultural que se encontrar impedido de participar dos Editais da Lei Complementar nº 195/2022, nos termos do item 11.1.1, será notificado via diligência por meio do sistema SIC.Cultura. O Agente Cultural que

se encontrar nessa situação, não poderá ser contratado com recursos da Lei Complementar não 195/2022.

- 11.1.2. Apresentação de projeto que não atenda integralmente às regras deste Edital;
- 11.1.3. Obtenção de pontuação final inferior a 56 (cinquenta e seis) pontos, na soma dos critérios de Análise Técnica e de Mérito;
- 11.1.4. Que 01 (um) ou mais técnicos ou pareceristas das comissões indicadas constate que o projeto proposto não atende às características da categoria na qual foi inscrito, conforme disposto no item 3.1 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;
- 11.1.5. Conteúdos político-partidários, eventos esportivos, concursos, publicidade, televentas, infomerciais, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos, programas de auditório, bem como em obras audiovisuais de natureza institucional ou corporativa, ou mesmo projetos que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as instituies públicas,  dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18, 2. do Decreto Federal 11.453/23, e itens 4.2.9 e 4.2.10 deste Edital.
- 11.2. Os projetos classificados e desclassificados serão relacionados em listagem a ser divulgada na mesma data do resultado em www.cultura.pr.gov.br, e no sistema SIC.Cultura.
- 11.3. Em caso de constatação de inveracidade das informações prestadas nos campos preenchidos no projeto ou identificação de irregularidade em documentos anexados relacionados a qualquer item deste Edital, reserva-se  SEEC o direito, a qualquer tempo, de excluir o Agente Cultural da participação neste Edital, assim como anular a classificação na Análise Técnica e de Mérito.

12. SELEÇÃO DOS PROJETOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 12.1. A etapa de seleção dos projetos será realizada pela Comissão de Seleção, que receberá a relação de projetos classificados, com nota igual ou superior a 56 (cinquenta e seis) pontos, em ordem decrescente de pontuação, bem como os pareceres da Comissão de Análise Técnica e de Mérito.
- 12.2. Na etapa de Seleção dos projetos pela Comissão de Seleção, além da pontuação obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito, serão observadas todas as diretrizes indicadas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA e no item 1.3 deste Edital, bem como o limite de recursos a ele destinados.
- 12.3. Na fase de Seleção de projetos pela Comissão de Seleção, determinados gastos e rubricas poderão ser glosados do orçamento proposto (exclusão ou redução de valores), para fins de adequação ao limite de recursos deste Edital, não cabendo recurso por parte do Agente Cultural.
 - 12.3.1. Caso o projeto tenha rubricas glosadas do orçamento, o Agente Cultural será notificado por meio de diligência no sistema SIC.Cultura para que se manifeste quanto ao desejo de continuidade de realização do projeto.
- 12.4. O resultado desta etapa será indicado na página de editais e projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situação”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br.
- 12.5. Somente serão convocados a anexar os documentos da contratação no sistema SIC.Cultura, localizado na aba “Contratação”, os projetos aprovados no processo de Análise Técnica e de Mérito e selecionados pela Comissão de Seleção na distribuição dos recursos.

- 12.6. As Comissões de Análise Técnica e de Mérito, de Sele o e de Habilita o reservam-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências, no sentido de verificar a consistência dos dados informados pelos Agentes Culturais.

13. DA HABILITA O

- 13.1. Os projetos selecionados pela Comissão de Sele o serão submetidos   análise documental denominada de Habilita o.

- 13.2. A Habilita o será realizada por Comissão designada por ato da Secretária de Estado da Cultura e consistirá na verifica o da documenta o exigida no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITA O deste Edital.

13.3. **Não serão habilitados os projetos que:**

- 13.3.1. Tenham ultrapassado o limite de inscri o de projetos por CNPJ ou CPF, estabelecido no item 8.11¹ deste Edital;
- 13.3.2. Não tenham relacionado o quadro societário do Agente Cultural Pessoa Jurídica (sócios, diretores, administradores e outros) no Sistema de Informa es Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”. Para MEI ou Sociedade Limitada Unipessoal;
- 13.3.3. Tenham deixado de anexar a documenta o obrigatória solicitada no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITA O e a documenta o específica referente às categorias pretendidas, observando o limite do sistema para o envio de arquivos com até 10MB, bem como se atentando ao formato de arquivo

¹ Cada Agente Cultural poderá inscrever até 02 (dois) projetos por meio de seu CPF/CNPJ neste Edital, considerando todas as categorias previstas no item 3.1., do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Contudo, somente será possível a aprova o de, no máximo, um projeto por categoria, dentro do limite global de 02 (dois) projetos para todo o Edital e 02 (dois) editais com recursos provenientes da Lei Complementar n.  195/2022, conforme item 19.1.

solicitado para cada categoria de documento, referente ao Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ANÁLISE DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO .

13.3.3.1. Tenham deixado de enviar senha de acesso, no caso de envio de link para acesso a documento em armazenamento externo.

13.3.4. Não tenham realizado o preenchimento das abas do projeto ou tenham realizado o preenchimento incompleto de uma ou mais abas (Identificação; Categorias; Apresentação; Objetivos; Justificativa; Democratização de Acesso/ Contrapartida Social; Etapas de Trabalho; Plano de Realização do Projeto; Ficha Técnica/ Currículo; Orçamento detalhado; Outras Fontes de Financiamento; Plano Básico de Divulgação; Plano Básico de Distribuição; Público-Alvo do Projeto; e os anexos da aba Documentos e Informações a serem anexadas);

13.3.5. No caso dos projetos de desenvolvimento de roteiro para obras audiovisuais, não será obrigatório o preenchimento das abas “Outras Fontes de Financiamento; Plano Básico de Divulgação; Plano Básico de Distribuição e Público Alvo do Projeto”.

13.4. O resultado desta etapa será indicado na página de Editais e Projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situação”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br.

13.5. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

13.6. Após análise dos recursos referentes à Habilitação, a SEEC publicará o resultado no Diário Oficial do Estado e o disponibilizará em

www.cultura.pr.gov.br e no sistema SIC.Cultura.

- 13.7. A publicação indicará apenas o resultado da deliberação acerca dos recursos, listando-os como DEFERIDOS ou INDEFERIDOS. O detalhamento da decisão constará no projeto, dentro do sistema SIC.Cultura.

14. DO RESULTADO FINAL E DOS RECURSOS

- 14.1. Seguindo a ordem dos projetos selecionados pela Comissão de Seleção, com base na pontuação obtida na fase de Mérito, bem como nos critérios gerais que norteiam este Edital e no limite de recursos destinados, a Secretaria de Estado da Cultura homologará o resultado final.
- 14.2. Caberá à Secretaria de Estado da Cultura a contratação dos projetos selecionados e homologados, por meio de Termo de Execução Cultural, realizando a checagem e observância das condições de participação, das informações, documentações exigidas e a adimplência e regularidade dos Agentes Culturais homologados, conforme estabelecidos no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO.
- 14.3. Serão inabilitados aqueles(as) Agentes Culturais que no ato da habilitação do projeto não cumprirem com a documentação obrigatória indicada neste Edital, que seja aferido o descumprimento das regras deste Edital, ou que não cumpra com os prazos estabelecidos para a entrega e preenchimento formal dos campos de contratação no sistema SIC.Cultura.
- 14.4. Caberá recurso do resultado final dirigido à Secretária de Estado da Cultura, num prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado desta etapa.
- 14.5. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos

recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

- 14.6. A interposi o de recurso, consoante o previsto nos itens anteriores, terá efeito suspensivo em rela o ao resultado anteriormente publicado.
- 14.7. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 14.8. O deferimento dos recursos não produz direito adquirido   classifica o ou aprova o, visto que tal situa o depende da pontua o final obtida nos projetos e da delibera o da Comissão de Sele o.
- 14.9. Caso o deferimento dos recursos decorra da classifica o e/ou aprova o de projeto anteriormente desclassificado ou não aprovado, serão procedidas publica oes adicionais ao resultado retificando o seu conteúdo.
- 14.10. Após a conclusão, em caráter definitivo, acerca de todos os recursos, será publicado o resultado final deste Edital, no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br, e no sistema SIC.Cultura.

15. DA PRESTA O DE CONTAS

- 15.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a presta o de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.  11.453/2023, devendo ser observado, ainda, o disposto no Anexo VII – PRESTA O DE CONTAS deste Edital.
- 15.2. A fim de garantir maior segurança e transparência,   recomendado que o Agente Cultural responsável pela execu o do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documenta oes

relacionadas à prestação de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

- 15.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

16. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

- 16.1. A Comissão de Credenciamento será a gestora do presente credenciamento, que indicará os responsáveis pelo(a) acompanhamento/supervisão do fiel cumprimento do objeto deste Edital, e adotará todas as providências cabíveis e necessárias para a manutenção da regularização na prestação dos serviços credenciados.

17. ACESSIBILIDADE

- 17.1. Seguindo o disposto no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e no Capítulo VIII do Decreto n.º 11.525/2023, o processo de inscrição nos editais oferecerá as seguintes medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto:

17.1.1. Busca ativa de Agentes Culturais integrantes de grupos vulneráveis;

17.1.2. Apresentação oral ou na língua de sinais como método de inscrição, reduzida a termo escrito pelo órgão responsável pelo chamamento público;

17.1.3. Oferecimento de recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos editais e para o ato de inscrição.

17.1.3.1. Serão considerados recursos de acessibilidade comunicacional:

- I – a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- II – o sistema Braille;
- III – o sistema de sinaliza o ou comunica o tátil;
- IV – a audiodescri o;
- V – as legendas;
- VI – a linguagem simples.

17.2. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez) do valor do projeto, desde que compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto.

17.2.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 17.2 poderá ser excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do   1. , incisos I e II da Instru o Normativa do Ministério da Cultura n.  5/2023, a saber:

- 17.2.1.1. quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;
- 17.2.1.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECU O CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

18.1. Finalizada a fase de Habilita o, o Agente Cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execu o Cultural, conforme Anexo IV – TERMO DE EXECU O CULTURAL deste Edital, de forma presencial ou eletr nica.

- 18.2. O Termo de Execu o Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo Agente Cultural selecionado neste Edital conforme o modelo previsto no Anexo IV – TERMO DE EXECU O CULTURAL.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execu o Cultural, o Agente Cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único em até 10 dias corridos após a homologa o do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execu o Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados   existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a sele o como expectativa de direito do Agente Cultural (proponente).
- 18.5. O Agente Cultural deve assinar o Termo de Execu o Cultural em até 03 (três) dias corridos, sob pena de perda do apoio financeiro e convoca o do suplente para assumir sua vaga.

19. DISPOSI OES GERAIS

- 19.1. O Agente Cultural somente poderá ser contemplado em, no máximo, 02 (dois) editais com recursos provenientes da Lei Complementar n.  195/2022.
- 19.1.1. Para fins de verifica o, serão considerados como o mesmo Agente Cultural a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, quando seus proprietários, sócios, diretores ou representantes legais tiverem projetos inscritos em seu nome como Pessoa Física.
- 19.2. Todas as informa es prestadas na apresenta o do projeto estarão sujeitas   comprova o.
- 19.3. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:
- 19.3.1. Todas as despesas decorrentes de sua participa o no programa;

- 19.3.2. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- 19.3.3. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;
- 19.3.4. O gerenciamento de sua conta dentro do sistema SIC.Cultura e do e-mail indicado, bem como filtros, anti-spam etc., que impeçam o recebimento de e-mails enviados pela SEEC e/ou pelo sistema SIC.Cultura.
- 19.3.5. Constitui ônus dos Agentes Culturais a obtenção das liberações necessárias junto aos órgãos competentes, como: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (SATED), Sindicato da Indústria do Audiovisual do Paraná (SIAPAR), Associação de Vídeo e Cinema do Paraná (AVEC), Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Associação Brasileira de Música e Artes (ABRAMUS), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (SINDCINE) e outros órgãos; assim como autorização(ões) do(s) autor(es) e outros, conforme especificidade do projeto.
- 19.3.6. Considerando que a apresentação dos projetos se dá em ambiente virtual, é de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscrição, acompanhar todas as fases do projeto, com seu login e senha no sistema SIC.Cultura, devendo as publicações serem acompanhadas também no site da SEEC, no endereço www.cultura.pr.gov.br.
- 19.3.7. O Agente Cultural é responsável, durante o período de avaliação do projeto até o seu resultado final, por manter ativos

- e acessíveis os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação ou inabilitação.
- 19.3.8. Os Agentes Culturais são os únicos responsáveis pelo ônus decorrente da apresentação de projetos incompletos, campos não preenchidos, falta de documentação e informação obrigatória ou outra falha que implique na não inscrição ou inabilitação do projeto.
- 19.3.9. É de responsabilidade do Agente Cultural a ampla divulgação do seu projeto e a articulação com o responsável do local que receberá o evento a fim de assegurar o público participante.
- 19.3.10. É de responsabilidade da SEEC disponibilizar o QR CODE para a avaliação do projeto pelo público alvo.
- 19.3.11. É de responsabilidade do Agente Cultural a divulgação e a coleta de avaliação por meio do QR CODE.
- 19.3.12. É de responsabilidade do Agente Cultural Pessoa Física ou Pessoa Jurídica o recolhimento de todos os impostos devidos relativos aos projetos.
- 19.4. Nos casos de editais que firmam termo de execução cultural, com obrigações futuras, não há incidência de impostos no repasse de recursos pelo ente federativo ao agente cultural.
- 19.5. A Secretaria de Estado da Cultura, quando por motivos de ordem técnica que não lhe forem imputáveis, não se responsabiliza pelo cadastro de Agente Cultural ou projeto não efetuado, e no ato da inscrição, por falhas ou congestionamento de linhas de comunicação, indisponibilidade de internet ou por interrupção de conexão que não detenha controle direto ou indireto bem como informação perdida, incompleta, inválida ou corrompida, problema de ordem técnica no computador, rede, hardware utilizado pelo usuário ou outros fatores que impossibilitem o acesso ao projeto, o envio da inscrição do

projeto, e que impossibilitem a transferência de dados ou acesso aos arquivos disponíveis no sistema SIC.Cultura.

- 19.6. A Secretaria de Estado da Cultura não se responsabiliza pela impossibilidade de acesso a projeto cadastrado a partir de software e/ou dispositivo diverso daquele recomendado por ela no site SIC.Cultura.
- 19.7. A SEEC, havendo razões superiores que justifiquem, poderá revogar este Edital a qualquer momento, sem que tal fato permita alega o de prejuízo aos interessados ou a terceiros, sob qualquer fundamento de direito.
- 19.8. Esclarecimentos sobre este Edital serão prestados pela SEEC através do e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br.
- 19.9. Será disponibilizado um canal de comunica o com a SEEC, através do e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br, para sanar quaisquer d vidas que surgirem durante o processo, onde serão respondidas apenas as questões enviadas em até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes do encerramento das inscri es.
- 19.10. A SEEC poderá deliberar sobre casos específicos, mediante solicita o do Agente Cultural e apresenta o de justificativa detalhada.
- 19.11. Os casos omissos serão resolvidos pela SEEC.

Curitiba, 10 de outubro de 2023.

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA

Secretária de Estado da Cultura

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade subsidiar, com elementos técnicos, o apoio a projetos de produ o audiovisual e de desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais, com base na Lei Complementar n.º 195/2022, no Decreto Federal n.º 11.453/2023, no Decreto Federal n.º 11.525/2023, e no Decreto Estadual n.º 3.463/2023 com o objetivo de fortalecer as políticas públicas voltadas ao audiovisual, com foco nas produ es paranaenses, na democratiza o do acesso   cultura e na amplia o do circuito produtor por todo o Estado do Paraná, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência e demais normas e condi es do Edital de Chamamento n.º 002/2023.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria de Estado da Cultura – SEEC   responsável pela execu o de a es, programas e projetos de promo o e valoriza o da Cultura no Estado do Paraná. Sua atua o visa fomentar atividades culturais afirmativas que promovam a cidadania cultural, a

- acessibilidade às atividades artísticas, a diversidade cultural, a democratização do acesso à cultura e a formação de públicos.
- 2.2. Compete à Secretaria de Estado da Cultura a formulação, o planejamento e a implementação das políticas públicas estaduais para a área da cultura, com ênfase na busca pela qualidade de vida e no desenvolvimento humano.
 - 2.3. A gestão pública desempenha um papel fundamental no fomento do desenvolvimento cultural e econômico do país, por meio de políticas e ações que incentivem a produção cultural e a geração de empregos.
 - 2.4. A SEEC empreende um esforço contínuo para garantir aos cidadãos paranaenses o pleno exercício dos direitos culturais, incluindo a liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística, o acesso às fontes e formas de expressão cultural, além do estímulo à formação cultural e ao desenvolvimento da criatividade.
 - 2.5. Em 23 de março de 2023, foi promulgado o Decreto Federal n.º 11.453, que estabelece os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, com o objetivo de implementar recursos para as políticas públicas culturais.
 - 2.6. A Secretaria de Estado da Cultura reconhece que, para alcançar todos os objetivos previstos na Lei Complementar n.º 195/2022, nos Decretos Federais n.º 11.453 e n.º 11.525 de 2023, bem como no Plano Estadual de Cultura, é essencial adotar medidas adequadas em termos de qualidade e quantidade para impulsionar o desenvolvimento do setor cultural.
 - 2.7. O fomento à produção audiovisual se mostra fundamental, uma vez que a indústria cinematográfica e audiovisual desempenha um papel relevante na disseminação da cultura, promovendo a expressão artística, a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade paranaense. Além disso, o setor audiovisual contribui significativamente para o desenvolvimento econômico, gerando

empregos diretos e indiretos, estimulando a cadeia produtiva e impulsionando a atividade turística nas regiões de filmagens.

- 2.8. O desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais é de extrema importância para o enriquecimento da indústria cultural do Paraná. Ao incentivar a criação e aprimoramento de roteiros, é possível estimular a inovação, a criatividade e a produção de conteúdos que transmitam mensagens relevantes e impactantes, abordando temáticas diversas e promovendo a reflexão e o debate social. O apoio ao desenvolvimento de roteiros contribui, assim, para a produção de obras audiovisuais de qualidade, ampliando o alcance e a relevância da produção cultural do Paraná.
- 2.9. O Agente Cultural precisará residir há pelo menos 06 (seis) meses contados, retroativamente, a partir da data da habilitação, no Estado do Paraná. O tempo mínimo de 6 (seis) meses de residência prévia, reduzido em relação a outros chamamentos públicos, deve-se ao fato de que diversos Agentes Culturais tiveram de transferir seu domicílio nos últimos anos, em função de necessidades diversas (como econômicas, familiares etc.) causadas pela pandemia da Covid-19. O período menor busca contemplar mais Agentes Culturais.

3. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

- 3.1. Os projetos apresentados deverão ser enquadrados em uma das categorias abaixo:

CATEGORIA 1	PROJETOS DE PRODUÇÃO DE VIDEOCLIPES COM VALOR ATÉ R\$ 30.000,00
--------------------	--

CATEGORIA 2	PROJETOS DE PRODU�O DE CURTAS-METRAGENS COM VALOR ATÉ R\$ 300.000,00
CATEGORIA 3	PROJETOS DE PRODU�O DE EPISÓDIO-PILOTO DE OBRAS SERIADAS DE FIC�O OU ANIMA�O COM VALOR ATÉ R\$ 750.000,00
CATEGORIA 4	PROJETOS DE PRODU�O DE LONGAS-METRAGENS DOCUMENTAIS COM VALOR ATÉ R\$ 1.000.000,00
CATEGORIA 5	PROJETOS DE PRODU�O DE OBRAS SERIADAS DOCUMENTAIS COM VALOR ATÉ R\$ 1.500.000,00
CATEGORIA 6	PROJETOS DE PRODU�O DE LONGAS-METRAGENS DE FIC�O OU ANIMA�O COM VALOR ATÉ R\$ 2.500.000,00
CATEGORIA 7	PROJETOS DE PRODU�O DE OBRAS SERIADAS DE FIC�O OU ANIMA�O COM VALOR ATÉ R\$ 4.000.000,00
CATEGORIA 8	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO DE OBRAS SERIADAS E LONGAS-METRAGENS DOCUMENTAIS COM VALOR ATÉ R\$ 50.000,00
CATEGORIA 9	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO DE LONGAS-METRAGENS DE FIC�O E ANIMA�O COM VALOR ATÉ R\$ 100.000,00

CATEGORIA 10	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO DE OBRAS SERIADAS DE FICÇÃO E ANIMAÇÃO COM VALOR ATÉ R\$ 150.000,00
CATEGORIA 11	PROJETOS DE NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO COM VALOR ATÉ R\$ 200.000,00
CATEGORIA 12	PROJETOS DE FINALIZAÇÃO DE LONGAS-METRAGENS EM FASE PÓS-PRODUÇÃO COM VALOR ATÉ 150.000,00

3.2. Conforme estabelecido no Art. 16, § 1.º, Inciso IV, do Decreto Federal n.º 11.525/2023, todas as categorias contemplarão uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e ações apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e ações propostos por pessoas indígenas.

3.3. Será aplicada indução de nota aos projetos submetidos por Agente Cultural, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica mediante análise da composição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário, que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO deste Edital, como forma de incentivar a participação e valorizar a contribuição desses grupos.

3.3.1. Para o caso de grupos e coletivos culturais sem personalidade jurídica (sem CNPJ), serão considerados para fins da reserva de vagas mencionada no item 3.2. e da indução de nota mencionada no item 3.3., aqueles cujo representante ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos membros integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI –

POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E
DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital.

- 3.4. Será aplicada indu o de nota aos projetos cuja equipe seja majoritariamente composta por pessoas integrantes dos grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DE ACESSO deste Edital, como forma de fomentar a representatividade e a diversidade dentro das equipes de trabalho.
- 3.5. Será aplicada indu o de nota aos projetos que abordem temáticas relacionadas   diversidade racial, cultural, social, de g nero e de orienta o sexual, descritas no item 2.2. do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital, com o intuito de promover a valoriza o e a visibilidade dessas questões no âmbito das produ oes audiovisuais.
- 3.6. Será aplicada indu o de nota aos projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2. e relacionados do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital, como forma de ampliar o acesso aos bens culturais.
- 3.7. No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este Edital serão destinados a projetos de Agentes Culturais que tenham sede (Pessoa Jurídica) ou domicílio (Pessoa Física) em município do Estado do Paraná que não seja a Capital Curitiba e atua o artística, prioritariamente, fora da Capital.
- 3.8. Não havendo demanda suficiente para atender   divisão citada no item 3.7., os valores poderão ser remanejados para contemplar projetos classificados de Agentes Culturais residentes ou sediados na Capital.
- 3.9. Cabe   Comissão de Sele o realizar a distribui o do montante total dos recursos disponibilizados neste Edital e aprovar a lista dos projetos contemplados em cada uma das categorias.

3.10. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto Federal n.º 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto, desde que compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto.

3.10.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 3.10 poderá ser excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do Art. 19, §1.º, incisos I e II da Instru o Normativa do Ministério da Cultura n.º 5/2023, a saber:

3.10.1.1. Quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;

3.10.1.2. Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

3.11. A divisão de recursos estipulada nos itens 3.2 e 3.5 está alinhada com a política de desconcentra o territorial dos recursos (art. 6.º, §1.º, da Lei Complementar n.º 195/2022). Nesse sentido, para atender essa previsão legal, o presente Edital dividiu a destina o em 50% (cinquenta por cento) para a capital e 50% (cinquenta por cento) para as demais localidades do Estado, para viabilizar que os recursos não se concentrem apenas ou majoritariamente na capital. A reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e a es apresentados por pessoas negras e de 10% (dez por cento) para pessoas indígenas atende às medidas de a es afirmativas estipuladas pelo Decreto Federal n. 11.525/2023 (art. 16, IV, a e b).

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Para fins deste Termo de Referência, entende-se por:

- 4.1.1. Produo de videoclipe: produo de obra audiovisual inédita, vinculada à produo musical, de no mínimo 03 (três) minutos, e conter, no mínimo uma das seguintes medidas: legendagem descritiva, LIBRAS ou audiodescrio, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.
- 4.1.2. Produo de curta-metragem: produo de obra audiovisual inédita, no gnero fico, documentário ou animao, com durao de no mínimo 10 (dez) e no máximo 30 (trinta) minutos, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescrio, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento. Com destinao inicial ao mercado de salas de exposio, festivais, vídeo por demanda (VOD) ou mercado de televisão.
- 4.1.3. Produo de episódio piloto de obras seriadas de fico ou animao: produo de obra audiovisual inédita, no gnero fico, com durao de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 90 (noventa) minutos, ou animao, com durao de no mínimo 07 (sete) minutos e no máximo 60 (sessenta) minutos. A obra deve ser destinada, inicialmente, a *pitchings* para o desenvolvimento de temporadas completas em canais de televisão e/ou plataformas de streaming, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescrio, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.
- 4.1.4. Produo de longas-metragens documentais: produo de obra audiovisual inédita, no gnero documentário, com durao superior a 70 (setenta) minutos. A obra deve ser destinada,

inicialmente,   exibi o em salas de cinema, festivais, plataformas de streaming, vídeo por demanda (VOD) ou mercado de televisão, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescri o, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.

- 4.1.5. Produ o de longa-metragem de fic o ou anima o: produ o de obra audiovisual inédita, no g nero fic o ou anima o, com dura o superior a 70 (setenta) minutos. A obra deve ser destinada, inicialmente,   exibi o em salas de cinema, festivais, plataformas de streaming, vídeo por demanda (VOD) ou mercado de televisão, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescri o, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.
- 4.1.6. Produ o de obras seriadas de documentário: produ o de obra audiovisual inédita, no g nero documentário, de no mínimo, 3 (três) episódios, com dura o de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 60 (sessenta) minutos por episódio. Com destina o inicial ao mercado de salas de exibi o, plataformas de streaming, festivais, vídeo por demanda (VOD) ou mercado de televisão, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescri o, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.
- 4.1.7. Produ o de obras seriadas de fic o ou anima o: produ o de obra audiovisual inédita, no g nero fic o, de no mínimo, 5 (cinco) episódios, com dura o de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 60 (sessenta) minutos por episódio, ou anima o,

de no mínimo 10 (dez) episódios, com dura o de no mínimo 07 (sete) minutos e no máximo 60 (sessenta) minutos. Com destina o inicial ao mercado de salas de exposi o, plataformas de streaming, festivais, vídeo por demanda (VOD) ou mercado de televisão, e conter, necessariamente, legendagem descritiva, LIBRAS e audiodescri o, gravados em canais dedicados de dados, vídeo e áudio, respectivamente, e que permitam o seu acionamento e desligamento.

- 4.1.8. Desenvolvimento de roteiro de obras seriadas e de longas-metragens documentais: desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais inéditas, seriadas ou de longa-metragem, para segmentos de comunica o eletr nica de massa por assinatura (TV paga), radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), salas de exposi o, plataformas de streaming, ou vídeo por demanda (VOD).
- 4.1.9. Desenvolvimento de roteiro de longas-metragens de fic o ou anima o: desenvolvimento de roteiro para obras audiovisuais inéditas de longa-metragem de fic o ou anima o para segmentos de comunica o eletr nica de massa por assinatura (TV paga), radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), salas de exposi o, plataformas de streaming, ou vídeo por demanda (VOD).
- 4.1.10. Desenvolvimento de roteiro de obras seriadas de fic o ou anima o: desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais seriadas inéditas, de fic o ou anima o, para segmentos de comunica o eletr nica de massa por assinatura (TV paga), radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), salas de exposi o, plataformas de streaming, ou vídeo por demanda (VOD).
- 4.1.11. Núcleo de desenvolvimento de roteiro: grupo de trabalho para desenvolvimento de roteiros para obras audiovisuais inéditas

em quaisquer formatos. Tem por finalidade capacitar profissionais para que possam desenvolver roteiros de obras audiovisuais para segmentos de comunicação eletrnica de massa por assinatura (TV paga), radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), salas de exposição, plataformas de streaming, ou vídeo por demanda (VOD).

- 4.1.12. Finalização de longa-metragem: finalização de projeto de longas-metragens paranaenses inéditos de ficção, animação ou documental cuja a etapa de filmagem esteja concluída, e que estejam em fase pós-produção nas etapas de Edição de Imagem, Edição de Som, Mixagem, Trilha Sonora e/ou Colorizao. O Agente Cultural deverá dispor de material bruto e corte mais recente da filmagem compondo parte da documentação.

5. DA ENTREGA DO OBJETO

- 5.1. A entrega dos objetos referentes aos itens 4.1.1., 4.1.2., 4.1.3., 4.1.4., 4.1.5., 4.1.6., 4.1.7. e 4.1.12. deste Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deve ser realizada em mdia física (HD ou SSD) com resolução 4K ou Full HD, utilizando extensão MPEG-4 ou MOV, e empregando os codecs H.264, H.265, ou de qualidade semelhante e compatível.
- 5.2. A entrega dos objetos referentes aos itens 4.1.8., 4.1.9., 4.1.10. e 4.1.11. deve ocorrer mediante a entrega do roteiro finalizado e de memorial descritivo do processo de desenvolvimento.
- 5.3. Caberá exclusivamente aos proponentes a responsabilidade pela legalidade da utilização e reprodução dos elementos artísticos discriminados nos respectivos projetos, atendendo em especial às disposições da Lei Federal n.é 9.610/1998, pertinente aos “direitos

autorais”, isentando o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Cultura de qualquer  nus nesse sentido.

6. DOS VALORES

- 6.1. Será destinado aos projetos culturais selecionados por meio do presente Edital, o valor de R\$ 49.018.503,71 (quarenta e nove milhões dezoito mil quinhentos e três reais e setenta e um centavos).
- 6.2. A distribui o dos recursos será realizada levando-se em conta os critérios estabelecidos no item 3, seguindo a ordem dos projetos a partir da nota obtida na Avalia o Técnica e de Mérito, iniciando da maior nota para a menor nota.
- 6.3. Na distribui o dos recursos, a Comissão de Sele o analisar  a nota obtida na classifica o e a compatibilidade financeira do projeto com a disponibilidade de recursos destinados a este Edital, sendo atendido, no mínimo, 01 (um) projeto por categoria.
 - 6.3.1. A Comissão de Sele o, responsável pela homologa o dos projetos, reserva-se o direito de avaliar e deliberar sobre a aprova o de um valor menor que o previsto originalmente no orçamento do projeto. Essa decisão será pautada na análise da viabilidade financeira e orçamentária do projeto, considerando as diretrizes e critérios estabelecidos neste Edital.
- 6.4. Caso alguma das categorias previstas no item 3.1. não alcance o número mínimo de projetos, por insuficiência de inscri oes ou porque os Agentes Culturais não foram classificados, a SEEC poderá contemplar projetos classificados em outras categorias do Edital.
- 6.5. Após a sele o dos projetos, caso não haja contemplados suficientes para o total de recursos destinados a este Edital, a SEEC poderá remanejar os recursos remanescentes para outros editais realizados com recursos oriundos da Lei Complementar n.  195/2022.

6.6. O valor citado no item 6.1. poderá ser suplementado com recursos da Lei Complementar n. 195/2022 oriundos de remanejamento.

7. DEVOLUÇÃO DE VALORES

7.1. Os recursos não utilizados deverão ser devolvidos, por meio de guia de recolhimento (GR-PR),  Conta Corrente n. 14.227-1, gncia 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar do encerramento do prazo para a execução do objeto.

8. VIGÊNCIA

8.1. A vigência deste instrumento será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

**EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE
DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS**

**ANEXO II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE
ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO A SEREM ANALISADOS PELA COMISSÃO
TÉCNICA DE PARECERISTAS, CONFORME A CATEGORIA ESCOLHIDA**

CATEGORIAS 1 e 2: PRODU�O DE VIDEOCLIPES E PRODU�O DE OBRAS INÉDITAS DE CURTA-METRAGEM	
Documentos e/ou informa�es obrigatórios	
1	Roteiro completo e storyboard de, pelo menos, uma cena ou trecho ou moodboard.
2	Justificativa da abordagem criativa e indica�o da estrutura (sustenta�o teórico-prática da ideia que se pretende comunicar).
3	Currículos do Agente Cultural responsável pela inscri�o do projeto e da equipe principal do projeto, tais como produtor, diretor, diretor de fotografia, diretor de arte, roteirista e elenco protagonista, caso aplicável.
4	Caso aplicável: autodeclara�o assinada pelo Agente Cultural, e/ou pelos sócios que compõem o quadro societário (PJ), e/ou da equipe técnica, conforme disposto no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA�O. Todas as autodeclara�es deverão ser apresentadas em documento único em formato PDF.
5	Caso aplicável: projetos que propuserem como contrapartida social a forma�o/capacita�o, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino, indicando fundamenta�o teórica (se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execu�o e dura�o total, conforme estabelecido no item 2.1.3 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL.

CATEGORIAS 3, 4, 5, 6 e 7: PILOTOS DE SÉRIES, PRODU O DE OBRAS INÉDITAS DE LONGA-METRAGEM E OBRAS SERIADAS PARA FIC O, ANIMA O OU DOCUMENTÁRIO.

Documentos e/ou informa es obrigatórios

1	Roteiro ou argumento.
1.1	Para: OBRA DE FIC�O – Argumento e justificativa da abordagem. DOCUMENTÁRIO – Pesquisa, justificativa, abordagem do tema e indica�o da estrutura (sustenta�o teórico-prática da ideia que se pretende comunicar). ANIMA�O – Além dos itens previstos para fic�o ou documentário, apresentar o storyboard ¹ ou moodboard ² de, pelo menos, uma cena e mais três artes de referência ³ do projeto.
2	Declara�o ou termo de cessão de direitos autorais do roteiro, com autoriza�o expressa para produ�o de obra audiovisual, caso o roteiro não seja de autoria do Agente Cultural.
3	Currículos e portfólios do Agente Cultural responsável pela inscri�o e equipe principal do projeto, tais como produtor, diretor, diretor de fotografia, diretor de arte, roteirista e elenco protagonista, caso aplicável.
4	Caso aplicável: autodeclara�o assinada pelo Agente Cultural, e/ou pelos sócios que compõem o quadro societário (PJ), e/ou da equipe técnica, conforme disposto no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA�O. Todas as autodeclara�es deverão ser assinadas e apresentadas em documento único em formato PDF.
5	Comprovante de registro do roteiro junto � representa�o regional da Biblioteca Nacional ou cópia do Protocolo de Inscri�o. Será aceito, também, como protocolo, o comprovante de envio do projeto � Biblioteca Nacional acrescido do comprovante de depósito da taxa de registro.
6	Caso aplicável: projetos que propuserem como contrapartida social a forma�o/capacita�o, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino, indicando fundamenta�o teórica

¹ Esboço sequencial com a organiza o gráfica, através de imagens est ticas, com o propósito de pré-visualizar o projeto audiovisual.

² Prancha de temperamento, ou painel de sentimento, com a representa o visual do projeto, composto por imagens, textos, objetos em composi o ao gosto do criador.

³ Imagens que mostram elementos da anima o como personagens, cenários e objetos. Pode incluir detalhes sobre a est tica, as cores ou outros aspectos específicos do projeto.

	(se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execução e duração total, conforme estabelecido no item 2.1.3 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL.
--	---

CATEGORIA 8, 9 e 10: DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO DE LONGAS-METRAGENS E OBRAS SERIADAS	
Documentos e/ou informações obrigatórios	
1	Para: OBRA DE FICO – Sinopse detalhada da obra (com, no mínimo, sete páginas), descrição dos personagens e justificativa da abordagem criativa e narrativa. DOCUMENTÁRIO – Pesquisa, justificativa, abordagem do tema, e indicação/estrutura (sustentação teórico-prática da ideia que se pretende comunicar). OBRA SERIADA – Argumento do episódio-piloto, sinopse preliminar da temporada, descrição dos personagens e justificativa da abordagem criativa e narrativa.
2	Currículos e portfólios do Agente Cultural responsável pela inscrição do projeto, do roteirista e do(s) corroteirista(s) (se houver).
3	Caso aplicável: autodeclaração assinada pelo Agente Cultural, e/ou pelos sócios que compõem o quadro societário (PJ), e/ou da equipe técnica, conforme disposto no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO. Todas as autodeclarações deverão ser assinadas e apresentadas em documento único em formato PDF.
4	Material complementar: material adicional que possa contribuir para a avaliação do projeto, como referências visuais, moodboards, esboços de cena, entre outros.
5	Caso aplicável: projetos que propuserem como contrapartida social a formação/capacitação, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino, indicando fundamentação teórica (se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execução e duração total, conforme estabelecido no item 2.1.3 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL.

CATEGORIAS 11: NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIRO	
Documentos e/ou informa�es obrigatórios	
1	Plano de trabalho com detalhamento do conteúdo a ser apresentado.
2	Proposta metodológica com respectiva bibliografia, dura�o, carga horária, indica�o do público-alvo e estimativa de participantes.
3	Rela�o de roteiristas com os respectivos currículos resumidos.
4	Indica�o e currículo da equipe principal, conforme especificidade do projeto: Agente Cultural responsável pela inscri�o do projeto, professores, tutores ou artistas principais, dentre outros.
5	Caso aplicável: autodeclara�o assinada pelo Agente Cultural, e/ou pelos sócios que compõem o quadro societário (PJ), e/ou da equipe técnica, conforme disposto no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA�O. Todas as autodeclara�es deverão ser assinadas e apresentadas em documento único em formato PDF.
6	Critérios estabelecidos para a composi�o do Núcleo de Desenvolvimento de Roteiro.
7	Se houver edi�es anteriores, apresentar: material de divulga�o; clipping de edi�o(�es) anterior(es) e relatório de atividades.
8	Plano de continuidade, se houver.
9	Caso aplicável: projetos que propuserem como contrapartida social a forma�o/capacita�o, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino, indicando fundamenta�o teórica (se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execu�o e dura�o total, conforme estabelecido no item 2.1.3 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL.

CATEGORIA 12: FINALIZAÇÃO DE LONGAS-METRAGENS DE FICÇÃO, ANIMAÇÃO OU DOCUMENTAL	
Documentos e/ou informações obrigatórios	
1	Plano de trabalho com detalhamento do conteúdo a ser apresentado.
2	Corte mais recente do material captado durante as filmagens.
3	Indicação, currículos e portfólios da equipe principal, conforme especificidade do projeto.
4	Caso aplicável: autodeclaração assinada pelo Agente Cultural, e/ou pelos sócios que compõem o quadro societário (PJ), e/ou da equipe técnica, conforme disposto no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO. Todas as autodeclarações deverão ser assinadas e apresentadas em documento único em formato PDF.
5	Caso aplicável: projetos que propuserem como contrapartida social a formação/capacitação, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino, indicando fundamentação teórica (se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execução e duração total, conforme estabelecido no item 2.1.3 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO

- 1. Pessoa Física ou Representante de Grupo ou Coletivos Culturais sem CNPJ**
 - 1.1. Carteira de Identidade ou outro documento oficial contendo fotografia.
 - 1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF.
 - 1.3. Comprovante de residência em nome do Agente Cultural, ou Declaração de coresidncia assinada pelo Agente Cultural e pelo titular do endereço domiciliado (conforme modelo disponibilizado no SIC.Cultura) acompanhada de comprovante de endereço e documento oficial com foto do titular do endereço.
 - 1.3.1. A comprovação de residência de que trata o item 1.3. poderá ser dispensada nas hipóteses de Agentes Culturais pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana, circense, população nômade ou itinerante, moradores de ocupações ou que se encontrem em situação de rua.
 - 1.4. Para Agentes Culturais integrantes de grupos vulneráveis, conforme disposto no item 5 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, o cadastro no sistema SIC.Cultura também incluir os dados do Agente Facilitador responsável pela inscrição.
 - 1.4.1. Caso o Agente Cultural integrante de grupo vulnerável não possua endereço fixo, contatos telefnicos e/ou e-mail, o

Agente Facilitador deverá incluir dados de referência, conforme indicado pelo Agente Cultural.

- 1.5. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União – podendo ser obtida no link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir> ou a partir do site: www.receita.fazenda.gov.br
- 1.6. Comprovação de situação regular junto à Receita Federal em validade – podendo ser obtida no link: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp> ou a partir do site: www.receita.fazenda.gov.br
- 1.7. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda – podendo ser obtida no link: <http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica> ou a partir do site: www.fazenda.pr.gov.br
- 1.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais expedida pelo município, que deverá estar dentro do prazo de validade, na data da inscrição.
 - 1.8.1. Caso o Agente Cultural seja integrante de grupo vulnerável, as declarações de regularidade fiscal poderão ser juntadas pelo Agente Facilitador.
- 1.9. Comprovante de inscrição do Agente Cultural no Programa de Integração Social (PIS).
- 1.10. Declaração de Substituto assinada, conforme modelo, acompanhada de Documento de Identidade.

- 1.11. Declara o de não impedimento de contrata o com a Administra o Pública, de veda o ao nepotismo e de ciência de disponibilidade de dados pessoais, conforme modelo disponibilizado no site SIC.Cultura.
- 1.12. Plano de Trabalho, conforme modelo disponível no Anexo XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO deste Edital.

2. Pessoa Jurídica (PJ)

- 2.1. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) válido.
- 2.2. Ato constitutivo da Pessoa Jurídica (contrato social, estatuto, ata, registro do Microempreendedor Individual – MEI ou equivalente), devidamente registrado, e suas altera es constando em seus objetivos e finalidades a realiza o de atividades culturais.
- 2.3. Ata da elei o da diretoria em exercício devidamente registrada, se couber.
- 2.4. Declara o de sede (conforme modelo disponibilizado no SIC.Cultura) acompanhada de comprovante de endereço em nome do Agente Cultural (certidão simplificada da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR ou contrato de aluguel ou fatura de água, luz ou telefone).
- 2.5. Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – podendo ser obtida no link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ou a partir do site: www.caixa.gov.br
- 2.6. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a D vida Ativa da União podendo ser obtida no link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir> ou a partir do site: www.receita.fazenda.gov.br

- 2.7. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda – podendo ser obtida no link: <http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica> ou a partir do site: www.fazenda.pr.gov.br
- 2.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito de Tributos Municipais, expedida pelo município-sede da empresa.
- 2.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – podendo ser obtida no link: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> ou a partir do site www.tst.jus.br
- 2.10. Declara o de não impedimento de contrata o com a Administra o Pública, de veda o ao nepotismo, de atendimento   política sustentável e de ciência de disponibilidade de dados pessoais.
- 2.11. Plano de Trabalho, conforme modelo disponível no Anexo XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO deste Edital.

3. Documentos do representante legal da Pessoa Jurídica (PJ)

- 3.1. Carteira de Identidade ou outro documento oficial (CNH, Passaporte Brasileiro, CTPS, Carteira de Identidade do Indígena, DNI) contendo fotografia do representante legal da Pessoa Jurídica.
- 3.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal da Pessoa Jurídica.

4. Documentos para Agente Cultural MEI

- 4.1. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) válido.

- 4.2. Cópia do Certificado de Condi o de Microempreendedor Individual (CCMEI).
- 4.3. Comprovante de endereço.
- 4.4. Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – podendo ser obtida no link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> ou a partir do site: www.caixa.gov.br
- 4.5. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a D vida Ativa da União – podendo ser obtida no link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emite> ou a partir do site: www.receita.fazenda.gov.br
- 4.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda – podendo ser obtida no link: <http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica> ou a partir do site: www.fazenda.pr.gov.br
- 4.7. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito de Tributos Municipais, expedida pelo município sede da empresa.
- 4.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – podendo ser obtida no link: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> ou a partir do site www.tst.jus.br
- 4.9. Declara o de Substituto, conforme modelo, acompanhado de Documento de Identidade.

- 4.10. Declaração de não impedimento de contratação com a administração pública, de vedação ao nepotismo, de atendimento  política sustentável e de ciência de disponibilidade de dados pessoais.
- 4.11. Plano de Trabalho, conforme modelo disponível no Anexo XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO deste Edital.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE
DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO IV – TERMO DE EXECU O CULTURAL
TERMO DE EXECU O CULTURAL N.º ____/2023

TERMO DE EXECU O CULTURAL
– QUE CELEBRAM ENTRE SI O
ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DA
CULTURA – SEEC, E
_____, PARA OS FINS
DE _____
NOS TERMOS SEGUINTE:

O Estado do Paraná, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SEEC, CNPJ n.º 77.998.904/0001-82, com sede   Rua  bano Pereira, 240 – Centro – Curitiba/PR, CEP: 80410-240, doravante denominada **SEEC**, neste ato representada por sua Secretária, Luciana Casagrande Pereira Ferreira, nomeada pelo Decreto n.º 15/2023, inscrita no CPF sob o n.º 921.516.129-53, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.531.244-3, expedida pela SESP/PR, residente e domiciliada nesta Capital e a [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA] ou [PESSOA FÍSICA] , [Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ sob n.º _____] [Pessoa Física inscrita no CPF sob o n.º _____], [com _____ residência] na _____, telefone: _____, e-mail: _____ neste ato representada por [NOME

COMPLETO], CPF n.º _____, RG n.º _____,
residente e domiciliado (a) em _____
telefone: _____, e-mail: _____,
doravante denominado(a) **Agente Cultural**, RESOLVEM celebrar o presente
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, que passa a ser regido pelas seguintes
cláusulas:

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL se fundamenta nas disposi es do EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS 002/2023 do qual seu Aviso de Publica o foi publicado na Edi o n.º 11511 - Comércio, Indústria e Serviços no Diário Oficial do Estado datado de 10 de outubro de 2023, na Lei Complementar n.º 195/2022, no Decreto Federal n.º 11.525/2023, assim como no Decreto Federal 11.453/2023 e no Decreto Estadual 3.463/2023.

1.2.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto do presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL a concessão de apoio financeiro que o Estado do Paraná presta ao( ) Agente Cultural para execu o do Projeto “_____” devidamente aprovado(a) no Edital 002/2023, e conforme a aba Etapas de Trabalho no Sistema SIC.Cultura.
- 2.2. Plano de Trabalho, conforme modelo disposto no Anexo XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO deste Edital,   parte integrante do presente Termo de Execu o Cultural.

3. RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. Os recursos financeiros para a execu o do presente termo totalizam o montante de R\$ _____ (_____ reais).
- 3.2. Serão transferidos   conta específica do projeto do(a) Agente Cultural, especialmente aberta pela SEEC no Banco do Brasil, Agência [NÚMERO DA AGÊNCIA], Conta Corrente n.  [NÚMERO DA CONTA], para recebimento e movimentac o, ou mediante ordem de pagamento para o Agente Cultural integrante de grupos vulneráveis.
- 3.3. Os rendimentos oriundos de aplica es financeiras poderão ser aplicados para o alcance do objeto, desde que previamente autorizado pela SEEC.

4. DAS OBRIGA ES DAS PARTES

- 4.1. Para a consecuc o dos objetivos deste **TERMO DE EXECUC O CULTURAL**, assumem as partes as seguintes obriga es:

4.1.1. Das obriga es da SEEC:

- a) Realizar o repasse financeiro em conta bancária a ser aberta pela SEEC, utilizada exclusivamente para fins de execu o do objeto deste Termo de Execu o Cultural, pelo Agente Cultural, dos recursos financeiros previstos para o projeto.
- b) Acompanhar as atividades de execu o, avaliando os seus resultados e reflexos;
- c) Supervisionar e orientar o(a) Agente Cultural, bem como exercer fiscaliza o na execu o do projeto;
- d) Orientar o(a) Agente Cultural sobre o procedimento para a presta o de informa es dos recursos concedidos;
- e) Analisar e julgar a presta o de contas do Agente Cultural conforme as categorias elencadas no Art. 29 do Decreto Federal n.  11.453/2023 e no Decreto Estadual n.  3463/2023;
- f) Analisar os pedidos de altera es do projeto, desde que apresentadas previamente e por escrito, acompanhadas de justificativa e

que não impliquem na altera o do objeto fomentado.

- g) Zelar pelo fiel cumprimento deste Termo de Execu o Cultural;
- h) Adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento conforme previsto no item 4 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital;

4.1.2. Das obriga es do(a) Agente Cultural:

- a) Executar o projeto de acordo com as especifica es aprovadas;
- b) Arcar com todos os custos para a realiza o do projeto, inclusive pesquisa, material de divulga o e de execu o, equipamentos e mão de obra, bem como com os encargos trabalhistas, fiscais e sociais decorrentes;
- c) Facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do Termo de Execu o Cultural bem como o acesso aos locais de realiza o do projeto;
- d) Realizar a presta o de contas, conforme previsto no Anexo VII – PRESTA O DE CONTAS deste Edital;
- e) Atender a qualquer solicita o regular feita pela SEEC;
- f) Divulgar nos meios de comunica o, em todo material promocional (impresso, virtual, de áudio e audiovisual), e no(s) produto(s) cultural(is) resultante(s) do projeto, o apoio da SEEC, do Estado do Paraná, do Ministério da Cultura e da Lei Complementar n.  195/2022, utilizando as logomarcas oficiais conforme disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC;
- g) Guardar a documenta o relativa   execu o do objeto e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execu o Cultural;
- h) Não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- i) Executar a contrapartida conforme pactuado;
- j) Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da administra o e execu o do projeto, obrigando-se a arcar com todos os

 nus, salvo em caso fortuito, força maior, ou de danos causados por terceiros;

k) Zelar pelo bom nome das institui es envolvidas.

l) Preencher os dados do Plano de Trabalho contido no Anexo XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO, de acordo com disposto no Art. 24 do Decreto n.  11.453/2023.¹

5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZA O

5.1. As atividades alusivas ao objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL** serão executadas pelo(a) Agente Cultural sob supervisão da **SEEC**, que acompanhar  a execu o e fará a avalia o e acompanhamento do cumprimento do objeto.

6. DAS ALTERA OES

6.1. Este Termo poderá ser alterado mediante Termo Aditivo ou por simples apostila, nos termos e limites da legisla o e do Edital, podendo o(a) Agente Cultural apresentar solicita o para a altera o.

6.2. A formaliza o de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

- I. prorroga o de vigência realizada de ofício pela administra o pública quando der causa a atraso na libera o de recursos;
- II. altera o do projeto sem modifica o do orçamento e sem modifica o substancial do objeto;
- III. os projetos poderão sofrer remanejamento orçamentário em até 20% (vinte por cento) do valor previsto inicialmente para

¹ Art. 24. O plano de trabalho anexo ao termo de execu o cultural celebrado prever , no mínimo:
I - a descri o do objeto;
II - o cronograma de execu o; e
III - a estimativa de custos.

cada rubrica, sem prévia aprova o da SEEC.

7. DOS RECURSOS

- 7.1. Para a execu o do objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL**, serão repassados recursos no valor de R\$ XXXXXX, oriundos da dota o orçamentária n.  5160.13392155.113 (A OES EMERGENCIAIS COM VISTAS A MITIGAR OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19), na **Natureza da Despesa:** 3350.4100 (TRANSFERENCIAS A INSTITUI OES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS E OU COM FINS LUCRATIVOS 3360.4100 e/ou 3390.4800 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA), da **Fonte de Recursos:** 715 (TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC N 195/2022 ART. 5  - AUDIOVISUAL), que serão creditados em conta bancária específica aberta pela SEEC.
- 7.2. O repasse dos valores mencionados no item 7.1. está condicionado   apresenta o, pelo(a) Agente Cultural, da comprova o de regularidade fiscal.

8. DA PRESTA O DE CONTAS

- 8.1. A presta o de contas dos recursos recebidos deverá ser realizada conforme disposto no Art. 29 do Decreto Federal n.  11.453/2023, devendo ser observado, ainda, os procedimentos indicados no Anexo VII – PRESTA O DE CONTAS do Edital 002/2023.
- 8.2. Para fins de presta o de contas, será exigida a comprova o da plena consecui o do objeto do projeto, por meio da apresenta o, no prazo de até 30 dias corridos após término da execu o, de Relatório de Execu o do Objeto, conforme disposto no Art. 31 do Decreto Federal n.  11.453/2023.
- 8.3. Conforme previsto no Art. 30 do Decreto Federal n.  11.453/2023, a presta o de informaçoes *in loco* poderá ser realizada quando o apoio

recebido pelo projeto for inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos casos em que a administra o pública considerar que uma visita de verifica o seja suficiente para aferir o cumprimento integral do objeto. Para esses casos, o(a) Agente Cultural será informado(a) pela SEEC durante a fase de execu o do objeto.

- 8.4. Caso sejam identificados indícios de irregularidades na execu o do objeto ou nos casos em que for recebida denúncia de irregularidade na execu o do projeto a SEEC solicitar , de forma excepcional, o Relatório de Execu o Financeira para fim de presta o de contas.

9. DAS SAN OES

- 9.1. Na hipótese de determina o pela SEEC, da devolu o de recursos, o(a) Agente Cultural será notificado(a) para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a op o por:
- I. devolu o parcial ou integral dos recursos ao erário;
 - II. apresenta o de plano de a oes compensatórias; ou
 - III. devolu o parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresenta o de plano de a oes compensatórias.
- 9.2. O plano de a oes compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 9.1.
- 9.3. O prazo de execu o do plano de a oes compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado   metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execu o Cultural.
- 9.4. A SEEC deliberará a respeito do plano de a oes compensatórias, observar  a adequa o do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 9.5. Nos casos em que estiver caracterizada m -f  do(a) Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolu o de recursos ao erário, vedada a aceita o de plano de a oes compensatórias.

- 9.6. Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o(a) Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito a ser definido por comissão da SEEC.
- 9.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.
- 9.8. A devolu o dos valores deverá ser realizada mediante depósito identificado ou PIX em nome do(a) Agente Cultural responsável pelo projeto na Conta Corrente n.  14.227-1, agência 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notifica o do atraso.

10. EXTIN O DO TERMO DE EXECU O CULTURAL

- 10.1. O presente Termo de Execu o Cultural poderá ser extinto:
 - I. pelo cumprimento do seu objeto;
 - II. pelo término do seu prazo de vigência;
 - III. de comum acordo pelas partes antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato, o qual disporá sobre a restitui o parcial ou total de recursos ou eventuais medidas compensatórias.
- 10.2. A SEEC poderá rescindir unilateralmente o Termo de Execu o Cultural quando o(a) Agente Cultural incorrer em uma das seguintes hipóteses:
 - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - b) irregularidade ou inexecu o injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - c) viola o da legisla o aplicável;
 - d) cometimento de falhas reiteradas na execu o;
 - e) má administra o de recursos públicos;

- f) constata o de falsidade ou fraude nas informa es ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomenda es ou determina es decorrentes da fiscaliza o;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legisla o aplicável.

10.3. Nos casos de rescisão unilateral, o(a) Agente Cultural será previamente notificado(a) para exercer o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 dias úteis, cujo trâmite obedecerá o disposto na Lei de Processo Administrativo do Estado do Paraná, Lei n.  20.656/2021.

10.4. Os casos de rescisão unilateral serão motivados nos autos do processo administrativo e será definida a necessidade de restitui o total ou parcial dos recursos recebidos, aplicando-se o disposto nos itens 9.5. a 9.8. deste Termo de Execu o Cultural.

11. DA PUBLICA O

11.1. As informa es relativas a este TERMO DE EXECU O CULTURAL serão publicadas pela SEEC no Diário Oficial do Estado.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O presente TERMO DE EXECU O CULTURAL tem vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

12.1.1. O prazo de execu o e/ou entrega do objeto deste presente Termo de Execu o Cultural poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante solicita o do(a) Agente Cultural, devidamente formalizada e justificada, a ser aprovada pela SEEC;

12.1.2. A prorroga o de ofício da vigência do presente Termo deve ser feita, nos termos do Art. 28,  1. , inciso I do Decreto Federal n. 

11.453/2023, pela Administra o Pública quando houver dado causa a pendências que gerem atrasos   execu o do projeto.

12.1.3. Na hipótese de prorroga o de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execu o do objeto.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBA – PARANÁ para dirimir quaisquer d vidas ou litígios oriundos do presente TERMO DE EXECU O CULTURAL.

E, por assim estarem plenamente de acordo com todos os termos do presente TERMO DE EXECU O CULTURAL, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos.

CURITIBA, ____ de _____ de 2023.

Luciana Casagrande Ferreira Pereira
Secretária de Estado da Cultura

Agente Cultural

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO V – CONTRAPARTIDA SOCIAL

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL a descri o das CONTRAPARTIDAS a serem executadas pelos Agentes Culturais beneficiários de recursos por meio dos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.º 195/2022).

1.1.1. O disposto neste Anexo observa o que está previsto no Decreto n.º 11.453/2023, no Art. 7º da Lei Complementar n.º 195/2022 e no Art. 12 Decreto n.º 11.525/2023.

2. DEFINI ES

2.1. Para efeitos deste Edital, entende-se por:

2.1.1. Contrapartidas Sociais: a es realizadas de forma a complementar o objeto principal do projeto e que visem inclusão social, tais como: gratuidade de ingressos, realiza o de espetáculos gratuitos, oferecimento de oficinas ou workshops, doa o de exemplares do bem cultural gerado, dentre outras;

2.1.2. A es Formativas Culturais: a es presenciais e gratuitas que visem   conscientiza o para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto cultural do projeto.

2.1.3. Plano de Trabalho de Contrapartida Social: projetos que propuserem como contrapartida social a forma o/capacita o, (como cursos, oficinas, workshops e afins) deverão apresentar plano de ensino para a a o, indicando fundamenta o teórica

(se aplicável), número de vagas, público-alvo, ementa, cronograma de execu o e dura o total.

2.1.3.1. O plano para essas a es   obrigatório no momento da inscri o. A não observância deste item incorrerá na desclassifica o do projeto na fase de Análise de Mérito.

3. REQUISITOS PARA A REALIZA O DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

- 3.1. As Contrapartidas Sociais devem ser realizadas no Estado do Paraná, sendo permitida a utiliza o de recursos do projeto para sua execu o.
- 3.2. Parte das Contrapartidas Sociais deverão ser destinadas, prioritariamente a um dos seguintes grupos:
 - 3.2.1. Pessoas vinculadas  s Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro de Aten o Psicossocial – CAPS, Centros de Refer ncia de Assist ncia Social – CRAS, institui es de acolhimento de crianças e jovens e demais equipamentos públicos de acolhimento e assist ncia;
 - 3.2.2. Pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associa es comunitárias;
 - 3.2.3. Quilombolas;
 - 3.2.4. Indígenas;
 - 3.2.5.  reas rurais;
 - 3.2.6. Lares de idosos e casas de repouso;
 - 3.2.7. Unidades do sistema prisional;
 - 3.2.8. Escolas da rede pública de ensino, especialmente aquelas localizadas em regiões periféricas e/ou que possuam Educa o de Jovens e Adultos (EJA);
 - 3.2.9. Espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimenta o.

- 3.3. As Contrapartidas Sociais deverão obedecer às premissas estabelecidas no Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO deste Edital no que tange às políticas afirmativas.
- 3.4. Os destinatários dos recursos oferecerão Contrapartidas Sociais em consonância com, ao menos, dois dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030:
- Objetivo 1. Erradicação da Pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
 - Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
 - Objetivo 3. Saúde e Bem Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
 - Objetivo 4. Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
 - Objetivo 5. Igualdade de Gênero: alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
 - Objetivo 6. Água Potável e Saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
 - Objetivo 7. Energia Limpa e Acessível: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
 - Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

- Objetivo 9. Indústria, Inova o e Infraestrutura: construir infra-estruturas resilientes, promover a industrializa o inclusiva e sustentável e fomentar a inova o;
- Objetivo 10. Redu o de Desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Consumo e Produ o Responsável: assegurar padrões de produ o e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. A o Contra a Mudança Global do Clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Vida na água: conserva o e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Vida Terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertifica o, deter e reverter   degrada o da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Paz, Justiça e Institui es Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso   justiça para todos e construir institui es eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Parcerias e Meios de Implementa o: fortalecer os meios de implementa o e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

4. EXIBIÇÕES GRATUITAS

4.1. Os Agentes Culturais destinatários dos recursos previstos na Lei Complementar n.º 195/2022 deverão oferecer, como forma de contrapartida, dentro do prazo e das condi es acordadas com a SEEC, exibi es gratuitas dos conteúdos produzidos, quando aplicável ao objeto.

4.1.1. As exibi es deverão ser acessíveis, assegurando a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e outros grupos vulneráveis, conforme determinado no Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO.

4.1.2. Poderão ser realizadas exibi es com intera o popular por meio da internet, ou exibi es públicas com distribui o gratuita de ingressos para os grupos mencionados no item 5 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO, em intervalos regulares.

4.1.3. Os Agentes Culturais devem disponibilizar recursos de acessibilidade, como audiodescri o, legendas, língua de sinais, entre outros, de acordo com as necessidades identificadas para cada conteúdo, conforme estabelecido no Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO.

5. DEMAIS A OES DE CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

5.1. Os projetos culturais em que não for possível a realiza o de exibi es/sessões gratuitas, deverão prever a realiza o de outras a es culturais como forma de Contrapartidas Sociais, conforme disposto no Art. 13 do Decreto Federal n.º 11.525/2023.

5.2. As atividades poderão ser destinadas aos seguintes públicos:

I –  s comunidade local onde o projeto for executado;

II – às Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e demais equipamentos públicos;

III – às pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias;

IV – aos grupos de pessoas idosas acima de sessenta anos;

V – aos alunos e aos professores de escolas públicas, de universidades públicas ou de universidades privadas que tenham estudantes selecionados pelo Programa Universidade para Todos – Prouni.

5.2.1 As ações descritas acima poderão abranger uma das seguintes ações:

I – oferecer bolsas de estudo ou estágio de produção cultural e artes;

II – oferecer ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas; ou

III – outras medidas sugeridas pelo Agente Cultural, a serem apreciadas pela SEEC.

5.3. Os Agentes Culturais deverão apresentar um cronograma detalhado das atividades, incluindo datas, locais, público-alvo, conteúdos programáticos, metodologias e recursos necessários.

5.4. As atividades formativas devem ser estruturadas de forma a estimular a participação ativa dos beneficiários, promovendo a reflexão, o debate e o desenvolvimento de habilidades e competências culturais.

5.5. As ações culturais realizadas como Contrapartidas Sociais deverão corresponder a pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo de público previsto no plano de distribuição, quando aplicável.

5.6. Excluem-se da obrigatoriedade os projetos que contenham, na fase de execução, ações formativas ou programas educativos.

6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

- 6.1. Os Agentes Culturais contemplados deverão apresentar relatório de execução das contrapartidas sociais no sistema SIC.Cultura.
 - 6.1.1. Caso a prestação de contas do projeto seja realizada *in loco*, o Agente responsável deverá realizar também a averiguação da execução da Contrapartida Social, quando aplicável.
- 6.2. Os relatórios devem conter informações sobre as exposições gratuitas realizadas, detalhando locais, datas, número de espectadores e recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 6.3. Os relatórios das ações formativas culturais, deverão conter: descrição das atividades realizadas, públicos atendidos, resultados alcançados e recursos utilizados.
- 6.4. Os relatórios devem ser acompanhados de registros fotográficos, audiovisuais ou outros materiais que comprovem a realização das atividades.

7. DO CUMPRIMENTO DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

- 7.1. A SEEC deverá ser notificada previamente acerca do cronograma de execução das Contrapartidas Sociais para fins de acompanhamento e alinhamento com as políticas públicas realizadas pela SEEC.
- 7.2. Em caso de descumprimento, integral ou parcial, das Contrapartidas Sociais estabelecidas neste Anexo, o Agente Cultural deverá apresentar justificativa a ser analisada pela autoridade responsável pelo acompanhamento do projeto, que, por sua vez, deliberará pela aprovação ou pela imposição de medidas compensatórias.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Anexo a descri o das políticas afirmativas, das medidas de acessibilidade e de democratiza o do acesso a serem implementadas nos editais de fomento da Lei Complementar n.º 195/2022 relativas   realiza o de projetos na área do audiovisual.

1.1.1. O disposto neste Anexo observa o que está previsto no Art. 8º, §7º da Lei Complementar n.º 195/2022, no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e, no que tange às Políticas Afirmativas e de Acessibilidade, nos Capítulo VII, Capítulo VIII e Capítulo IX do Decreto n.º 11.525/2023.

2. DA DIVERSIDADE NOS PROJETOS

2.1. A pontua o obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito será acrescida de 05 (cinco) pontos adicionais, até o limite de 20 (vinte) pontos, caso expressamente declarado, sob as penas da lei:

2.1.1. O pertencimento do Agente Cultural a uma das categorias indutoras de nota, segundo o item 2.2;

2.1.2. Abordar temáticas relacionadas   diversidade racial, cultural, de g nero e de orienta o sexual, descritas no item 2.2, bem como   inclusão de pessoas com deficiência;

2.1.3. Ter a maioria de sua equipe composta por pessoas que se enquadram nas categorias explicitadas no item 2.2;

- 2.1.4. Direcionar a Contrapartida Social aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.
- 2.2. Serão considerados os seguintes grupos sociais para a indução de nota:
 - 2.2.1. Mulheres;
 - 2.2.2. Pessoas negras (pretas e pardas);
 - 2.2.3. Pessoas integrantes ou oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;
 - 2.2.4. Assentados e moradores de ocupações;
 - 2.2.5. Pessoas LGBTQIAP+;
 - 2.2.6. Egressos do sistema prisional brasileiro;
 - 2.2.7. Pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras deficiências ocultas;
 - 2.2.8. Pessoas idosas com 60 anos ou mais;
 - 2.2.9. Pessoas migrantes e refugiadas;
 - 2.2.10. Pessoas de baixa renda – serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná vigente na data de publicação do Edital;
- 2.3. Conforme estabelecido no Art. 16,  1., inciso IV do Decreto Federal n. 11.525/2023, os editais com recursos oriundos da Lei Complementar n. 195/2022 deverão prever uma reserva de vagas de 20% (vinte) por cento para projetos e ações apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez) por cento para projetos e ações propostos por pessoas indígenas;

- 2.3.1. Pessoas negras ou indígenas que optarem por concorrer   cotas concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadas   ampla concorrência;
 - 2.3.1.1. O Agente Cultural que optar por concorrer a uma das cotas descritas no item 2.3 não receberá indu o de nota referente aos itens 2.2.2 e 2.2.3., podendo, todavia, receber indu o de nota referente aos itens 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4, e aos demais grupos sociais do item 2.2, caso aplicável.
- 2.3.2. O número de pessoas negras ou indígenas aprovadas nas vagas destinadas   ampla concorrência não será computado para fins de preenchimento das vagas destinadas às cotas de que trata o item 2.3;
- 2.3.3. Em caso de desistência de pessoa negra ou indígena aprovada em vaga reservada às cotas, a vaga será preenchida pela pessoa negra ou indígena classificada na posi o subsequente;
- 2.3.4. Na hipótese de não haver projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas remanescentes será destinado para a outra categoria de cotas; e
- 2.3.5. Na hipótese de, observado o disposto no item 3 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, as vagas reservadas serão destinadas   ampla concorrência.

3. DA ACESSIBILIDADE

- 3.1. Os produtos resultantes dos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.º 195/2022) deverão oferecer recursos de acessibilidade (ajuda técnica e tecnologia assistiva) para permitir o acesso com segurança e autonomia, total ou assistida, de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual, assim como outras

deficiências ocultas ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, conforme aplicável.

3.1.1. Compreende-se por ajuda técnica:

3.1.1.1. Interpretação em libras (para pessoas surdas, não usuárias da língua portuguesa);

3.1.1.2. Libras tátil (para pessoas surdas cegas);

3.1.1.3. Oralização e leitura labial (para pessoas surdas oralizadas);

3.1.1.4. Guias intérpretes (para pessoas surdas ou cegas);

3.1.1.5. Guias de cego, braile (para pessoas cegas);

3.1.1.6. Acessibilidade estrutural (banheiros especiais, reserva de espaços para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, como rampas, corrimões, pisos táteis, sinalização em braille e libras);

3.1.2. Compreende-se por tecnologia assistiva:

3.1.2.1. Sistema de laço de indução (sistema de radiofrequência para o envio do som diretamente ao aparelho auditivo ou implante coclear);

3.1.2.2. Audiodescrição, legenda closed caption (para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa);

3.1.2.3. Elevadores (para pessoas cadeirantes);

3.1.2.4. Estenotipia (transcrição do áudio ao vivo, para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa).

3.1.3. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto Federal n.º 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto.

3.1.3.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 3.1.3 poderá ser

excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do Art. 19, §1, incisos I e II da Instrução Normativa do Ministério da Cultura n.é 5/2023, a saber:

- 3.1.3.1.1. quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;
- 3.1.3.1.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

4. DA DEMOCRATIZAO DO ACESSO

4.1. Os Agentes Culturais deverão considerar as seguintes diretrizes para promover a democratizao do acesso aos bens culturais:

- 4.1.1. Recomenda-se a utilizao de uma linguagem clara e de fácil compreensão, evitando o uso de termos técnicos ou jargões específicos para que a compreensão do conteúdo artístico seja democraticamente acessível, proporcionando aos públicos a fruo independente de suas condioes sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas;
- 4.1.2. Os Agentes Culturais podem disponibilizar também, de forma complementar, aoes mediativas que ofereçam uma visão geral do conteúdo, facilitando o seu acesso e compreensão;
- 4.1.3. Recomenda-se a circulao e difusão das obras audiovisuais selecionadas junto a grupos vulneráveis e comunidades de difícil acesso, a fim de promover o alcance e a fruo do conteúdo por esses públicos;
- 4.1.4. Recomenda-se a realizao de atividades complementares, como debates, oficinas ou workshops, que possam promover a participao e a interao com as obras audiovisuais, contribuindo para o enriquecimento cultural e a troca de experiências.

5. DOS GRUPOS VULNERÁVEIS PARA FINS DE BUSCA ATIVA

5.1. Serão considerados Agentes Culturais integrantes de grupos vulneráveis, para fins de cumprimento do disposto no Art. 8.º, §7.º da Lei Complementar n.º 195/2022, os integrantes dos seguintes grupos:

5.1.1. Analfabetos;

5.1.2. Moradores de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;

5.1.3. Popula o nômade ou itinerante;

5.1.4. Pessoas em situa o de rua;

5.1.5. Moradores de ocupa es;

5.1.6. Pessoas migrantes e refugiadas;

5.1.7. Pessoas de baixa renda – Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná.

5.2. Será garantida a participa o de grupos vulneráveis e admitida a inscri o de seus projetos por meio da oralidade, reduzida a termo escrito, conforme previsto no Art. 8.º, §7.º da Lei Complementar n.º 195/2022 e no Art. 15 do Decreto Federal n.º 11.453/2023.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO VII – PRESTA O DE CONTAS

1. DA APRESENTA O DA PRESTA O DE CONTAS

- 1.1. O Agente Cultural beneficiário de recursos públicos oriundos da Lei Complementar n.º 195/2022 poderá prestar contas   Administra o Pública por meio das seguintes categorias:
 - a) presta o de informa es *in loco*;
 - b) presta o de informa es em relatório de execu o do objeto;
 - c) presta o de informa es em relatório de execu o financeira.
- 1.2. Serão observadas as condi es objetivas para a aplica o de cada categoria ao caso concreto mediante a leitura atenta do previsto nos Arts. 24 e 25 da Lei Complementar n.º 195/2022, bem como nos Arts. 29 a 34 do Decreto Federal n.º 11.453/2023.
- 1.3. A documenta o relativa   execu o do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

2. DAS ETAPAS DA PRESTA O DE CONTAS

- 2.1. A SEEC, enquanto responsável pelo acompanhamento da presta o de contas dos beneficiários, poderá:
 - 2.1.1. Solicitar a presta o de informa es *in loco*, prevista no Art. 23, inciso I da Lei Complementar n.º 195/2022, nos casos em que o apoio recebido pelo projeto for inferior a R\$ 200.000,00

- (duzentos mil reais) e a visita de verifica o for suficiente para aferir se houve o cumprimento integral do objeto;
- 2.1.2. Solicitar a apresenta o de relatório de execu o do objeto para os demais projetos contemplados pelo Edital;
 - 2.1.2.1. Caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto nos projetos que realizaram presta o de informa es *in loco*, a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC poderá solicitar a apresenta o de relatório de execu o do objeto;
 - 2.1.3. Decidir pela aprova o e arquivamento da presta o de contas, nos casos em que verificar que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado, em caso de justificativa aceita pela SEEC por meio de diligência;
 - 2.1.4. Solicitar a apresenta o pelo Agente Cultural de relatório de execu o financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execu o do objeto ou que foram insuficientes as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial;
 - 2.1.5. Decidir pela rejei o total da presta o de contas, nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execu o financeira;
 - 2.1.6. Aplicar san es nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execu o financeira.
- 2.2. Após a análise da presta o de contas, por meio de Relatório de Execu o Financeira, eventuais recursos não utilizados, glosados, ou utilizados em desacordo com o objeto do projeto contemplado, deverão ser devolvidos, por meio de d posito identificado ou PIX,  

Conta Corrente n.º 14227-1, agência 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar do encerramento do prazo para a execução do objeto, ou da análise final da prestação de contas, ou da notificação.

- 2.3. Os saldos financeiros e os rendimentos de aplicações financeiras não utilizados no objeto deverão ser devolvidos à SEEC após a análise do Relatório de Execução Financeira pela SEEC.
- 2.4. Em caso de reprovação, parcial ou total, do Relatório de Execução Financeira, o Agente Cultural poderá apresentar recurso à autoridade máxima da SEEC, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.
- 2.5. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que devidamente comprovada.

3. DO CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 3.1. O responsável pelo aferimento da prestação de informações *in loco* deve elaborar relatório de visita e encaminhá-lo à SEEC.
- 3.2. A prestação de contas em relatório de execução do objeto deve comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural por meio de fotos, vídeos e relatório escrito contendo informações das etapas de produção realizadas no projeto, além de avaliação do público por meio de QR CODE, conforme o item 5.9.2.1. do Edital;
- 3.3. Caso haja necessidade de apresentação de relatório de execução do objeto ou relatório de execução financeira, tais documentos deverão ser encaminhados pelo Agente Cultural responsável via sistema SIC.Cultura.
- 3.4. A fim de garantir maior segurança e transparência, é recomendado que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documentações

relacionadas à prestação de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

- 3.5. Toda a prestação de contas deverá ser apresentada de forma digitalizada, salvo para o caso de projetos de proponentes oriundos de grupos vulneráveis, em que a prestação de contas poderá ser apresentada de forma física ou presencial.
- 3.6. Não serão aceitos documentos que apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo.
 - 3.6.1. Os comprovantes de despesa que se apresentem em condições de difícil leitura, deverão ser acompanhados de justificativa.

4. DAS SANÇÕES

- 4.1. Na hipótese de determinação, pela SEEC, da devolução de recursos, o Agente Cultural será notificado para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a opção por:
 - I – devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
 - II – apresentação de plano de ações compensatórias; ou
 - III – devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 4.1.1. O plano de ações compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 4.1.
- 4.2. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execução Cultural.
- 4.3. A SEEC deliberará a respeito do plano de ações compensatórias, observará a adequação do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 4.4. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

4.5. Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, em até 10 (dez) parcelas mensais iguais.

4.5.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

5. DISPOSI OES FINAIS

5.1. A SEEC se reserva o direito de exigir documentos adicionais que não se fizerem listados no presente Anexo, bem como poderá diligenciar a apresenta o de novas informaçoes, relatórios e justificativas, tanto quanto for necessário para o correto encerramento das presta oes de contas.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

**EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE
DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS**

ANEXO VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA O

Eu, _____, CPF
n.º _____, RG n.º _____, **DECLARO** para
fins de participa o no **EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O
AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS
AUDIOVISUAIS**, que sou:

negro(a)/pardo(a) e/ou indígena.

e/ou

Pertenc o a um ou mais dos seguintes grupos:

Mulher;

Quilombola, ribeirinho, povos de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras
ou outras comunidade de povos tradicionais;

Assentado e morador de ocupa es;

LGBTQIAP+;

Egresso do sistema prisional brasileiro;

Pessoa com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras
deficiências ocultas¹;

Pessoa idosa com 60 anos ou mais;

¹ Para autodeclarados pessoas com deficiência,   necessário incluir no mesmo arquivo desta
declara o, em pdf, o atestado médico assinado por um médico especialista na área, contendo na
descri o clínica o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente
da Classifica o Internacional de Doenças – CID.

() Migrante ou refugiado;

() Pessoa de baixa renda – Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná.

E declaro a opo por concorrer às vagas reservadas neste Edital, conforme critérios estabelecidos no Art. 16,  1., IV do Decreto Federal n.é 11.525/2023, ou me enquadrar nos critérios para induo de nota, conforme estabelecido pelo item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAO DO ACESSO deste Edital e no art. 16,  1., III do Decreto Federal n. 11.525/2023.

Por ser verdade, assino a presente declarao e estou ciente de que a apresentao de declarao falsa pode acarretar desclassificao do Edital e aplicao de sanoes criminais.

Assinatura

LOCAL, _____ de _____ de 2023.

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 002/2023

**EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DE
DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS**

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

Esta declaração deve ser preenchida somente por Agentes Culturais que representem um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

**NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO
ARTÍSTICO:**

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:

RG:
CPF:
E-MAIL:
TELEFONE:

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo “REPRESENTANTE” como único representante neste Edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do Edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, encargos fiscais, negociar, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido Edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no Edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO X – MANUAL DE INSCRI O ASSISTIDA

1. OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Anexo Manual Descritivo voltado para Agentes Culturais que necessitem de inscri o facilitada, em conformidade com o Item 5 do Anexo VI. Este manual foi construído para auxiliar as respostas aos quesitos necessários para os que optarem por essa forma de inscri o.
 - 1.1.1. Os candidatos poderão optar pelo envio da inscri o oral, gravada em vídeo, com o limite máximo de 30 (trinta) minutos de dura o, gravado em celular, na posi o horizontal.
 - 1.1.2. Todos os quesitos do questionário explícito no item 4 devem ser respondidos na sequência em que se encontram neste anexo.
 - 1.1.3. As inscri es serão realizadas com o suporte de um Agente Facilitador, nomeado pela SEEC, de acordo com os itens 8.2.1.1 e 8.2.1.2 deste Edital.

2. DOCUMENTA O

- 2.1. Os documentos apresentados pelo Agente Cultural ao Agente Facilitador serão utilizados nas grava es realizadas e anexados ao sistema SIC.Cultura.
- 2.2.   obrigatório anexar, no ato da inscri o, na aba “Documentos” no módulo “Meus Dados”, fotografia digital do Agente Cultural, Pessoa Física ou de representante de grupo ou coletivo cultural.
 - 2.2.1. O registro fotográfico deverá ser feito pelo Agente Facilitador.

2.3. Pessoa Física

- 2.3.1. Documento de identidade do Agente Cultural.
- 2.3.2. CPF do Agente Cultural ou documento de identidade que contenha o número do CPF.
- 2.3.3. PIS do Agente Cultural.
- 2.3.4. Declara o de Residência (conforme modelo disponibilizado no SIC.Cultura) e Comprovante de Endereço em nome do Agente Cultural, ou Declara o de Corresid ncia assinada pelo Agente Cultural e pelo titular do endereço domiciliado (conforme modelo disponibilizado no SIC.Cultura) acompanhada de Comprovante de Endereço e documento oficial com foto do titular do endereço.
- 2.3.5. Caso o Agente Cultural integrante de grupo vulnerável não possua endereço fixo, contatos telef nicos e/ou e-mail, o Agente Facilitador deverá incluir dados de referência, conforme indicado pelo Agente Cultural.

3. ROTEIRO PARA GRAVA O

- 3.1. O vídeo deve começar com a apresenta o do Agente Facilitador nomeado, que deverá realizar uma breve apresenta o de si mesmo, identificando-se pelo nome e RG, data de grava o e local.

Exemplo:

“Eu, _____, portador do RG n.º _____, CPF n.º _____, sou Agente Facilitador, apto a realizar a inscri o assistida do Agente Cultural _____, referente ao projeto _____, neste dia ____ de ____ de 202__.

- 3.2. Em seguida, o Agente Cultural deverá se apresentar, com o documento de identifica o com foto em mãos, se autodeclarando como Agente Cultural ou representante do grupo ou coletivo cultural.
- 3.3. O Agente Cultural deverá enunciar, em princípio, o seu interesse em inscrever seu projeto no presente Edital, seus dados pessoais, bem como comunicar a autoriza o concedida ao Agente facilitador para a utiliza o, reprodu o e registro no banco de dados do SIC.Cultura com rela o das suas informa es disponibilizadas em grava o.

Exemplo para cadastro de Agente Cultural:

“Eu, _____, venho aqui no dia ____ de _____ de 20__, pois estou me candidatando ao Edital _____ (nome e ano). Meu RG n.º _____ e CPF n.º _____, e autorizo   Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, sob as questões previstas em lei, o uso da minha imagem, sua reprodu o e registro, para a finalidade de inscri o e registro no SIC.Cultura”.

Exemplo para cadastro de Agente Cultural representando grupo ou coletivos culturais:

“Eu, _____, venho aqui no dia ____ de _____ de 20__, pois estou me candidatando ao Edital _____ (nome e ano). Meu n.º de RG _____ e CPF n.º _____, representante do grupo _____, e autorizo   Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, sob as questões previstas em lei, o uso da minha imagem, sua reprodu o e registro, para a finalidade de inscri o e registro no SIC.Cultura”.

3.4. Após as apresenta es previstas no item 3.1 e 3.3, o Agente Cultural deverá responder às perguntas previstas no item 4 deste Anexo quando cabíveis.

4. QUESTIONÁRIO

4.1. Questionário para inscri o de Agente Cultural:

- a) Qual o nome artístico do(a) Agente Cultural?
- b) Qual a data de nascimento do(a) Agente Cultural?
- c) Com qual g nero o(a) Agente Cultural se identifica?
- d) Qual a orienta o sexual do(a) Agente Cultural?

- e) Com qual cor ou raça/etnia o(a) Agente Cultural se identifica? Caso haja, a qual grupo social ou comunidade o(a) Agente Cultural pertence?

- f) Qual o número do PIS do(a) Agente Cultural?
 - O número do PIS pode ser localizado em documentos físicos como Carteira de Trabalho e no Cartão Cidadão.
 - **Caso o Agente Cultural não possua PIS, deverá se comprometer a providenciar até a etapa de pagamento do Edital.**
- g) Qual a escolaridade do(a) Agente Cultural?
- h) Qual a naturalidade do(a) Agente Cultural?
- i) Qual   o estado de residência do(a) Agente Cultural?

- j) Qual   o município de residência do(a) Agente Cultural?

- k) Qual   o endereço de residência do(a) Agente Cultural?

- l) Qual o tempo de residência do(a) Agente Cultural neste endereço?
- m) Qual   o endereço de e-mail do(a) Agente Cultural? Caso não tenha, autoriza a cria o de um e-mail para cadastro?
- n) Qual o telefone do(a) Agente Cultural?

- o) O(a) Agente Cultural   uma pessoa com deficiência (PCD)? Se sim, qual?
- p) Qual   a principal área cultural do(a) Agente Cultural?
- q) Qual   a segunda área cultural do(a) Agente Cultural?
- r) Nome da mãe do(a) Agente Cultural?
- s) Qual a profissão ou fonte de renda do(a) Agente Cultural?

4.1.1. **Cadastro do projeto**

- a) Qual o nome do seu projeto?

- b) Sabe informar qual categoria pertence o seu projeto? O Agente Facilitador deverá informar ao Agente Cultural as categorias existentes e respectivas faixas orçamentárias.

- c) Fale brevemente sobre o que   o seu projeto.

- d) O que você pretende com seu projeto?

- e) Por que você quer fazer seu projeto?

- f) Como você vai garantir que o maior número de pessoas tenha acesso ao seu projeto? Será cobrado algum valor de entrada? Onde será realizado? O local está preparado para receber pessoas com deficiência?

- g) Quais outras a o es voltadas   comunidade você pretende desenvolver dentro do projeto como retribui o ao apoio? Por exemplo: oficinas, entradas gratuitas, doa o do que foi produzido no projeto, forma o de novos Agentes Culturais por meio de rodas de conversa e transmissão de saberes, etc?

- h) Descreva rapidamente em ordem cronológica como pretende realizar o projeto? Quais as etapas dele?

- i) Onde pretende realizar seu projeto?
- j) Quem fará parte do seu projeto? Conte um pouco sobre o que cada pessoa fará no projeto.
- k) Quanto vai custar o seu projeto e como você vai utilizar o dinheiro? Informe quem pretende contratar e qual o valor que deseja gastar com as pessoas que farão parte do projeto.
- l) Tem mais alguma pessoa, empresa ou ente público que está ajudando a pagar seu projeto? Se sim, quem e qual valor será ou foi pago?
- m) Como você imagina que as pessoas ficarão sabendo do seu projeto? Pretende divulgar para a popula o de que forma?
- n) Quais os produtos que serão gerados em seu projeto? Como você pretende distribuir esses produtos? Para quem e quanto para cada? Que tipo de resultados decorrerão do seu projeto? Como será distribuído?
- o) Para quem você pretende oferecer o seu projeto?

4.2. Questionário para inscri o de Agente Cultural representando grupo ou coletivo cultural:

- a) O grupo ou coletivo cultural tem sede onde realiza suas atividades? Se sim qual o endereço da localidade?   um espaço cultural?
- b) Relacione os demais membros do grupo ou coletivo cultural com nome completo e CPF. (Caso não possua, poderá ser informado ao Agente Facilitador em até 24 horas após a entrevista)
- c) Qual a data de nascimento do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?

- d)** Com qual g nero o(a) representante do grupo ou coletivo cultural se identifica?
- e)** Qual a orienta o sexual do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- f)** Com qual cor ou raça/etnia o do(a) representante do grupo ou coletivo cultural se identifica? Casa haja, a qual grupo social ou comunidade o Agente Cultural pertence?
- g)** Qual o número do PIS do(a) candidato(a)?
- O número do PIS pode ser localizado em documentos físicos como Carteira de Trabalho e no Cartão Cidadão.
 - Caso o Agente Cultural não possua PIS, deverá se comprometer a providenciar até a etapa de pagamento do Edital.
- h)** Qual a nacionalidade do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- i)** Qual a naturalidade do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- j)** Qual   o estado de residência do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- k)** Qual   o município de residência do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- l)** Qual   o endereço de residência do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- m)** Qual o tempo de residência do(a) representante do grupo ou coletivo cultural nesse endereço?
- i)** Caso o Agente Cultural integrante de grupo vulnerável não possua endereço fixo, contatos telef nicos e/ou e-mail, o Agente Facilitador deverá incluir dados de referência, conforme indicado pelo Agente

Cultural.

- n) Qual   o endereço de e-mail do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
Caso não tenha, autoriza a cria o de um e-mail para cadastro?
- o) Qual   o telefone de contato do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- p) Qual   a escolaridade do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- q) O representante do grupo ou coletivo cultural   uma pessoa com deficiência (PCD)? Se sim, qual?
- r) Qual   a principal área cultural do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- s) Qual   a segunda área cultural do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- t) Nome da mãe do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?
- u) Qual a profissão ou fonte de renda do(a) representante do grupo ou coletivo cultural?

4.2.1. Cadastro do projeto

- a) Qual o nome do seu projeto?
- b) Sabe informar qual categoria pertence o projeto do grupo ou coletivo cultural?
- c) Fale brevemente sobre o projeto do grupo ou coletivo cultural.
- d) O que o grupo ou coletivo cultural pretende com este projeto?
- e) Por que o grupo ou coletivo cultural quer fazer este projeto?
- f) Como o grupo ou coletivo cultural vai garantir que o maior número de pessoas tenha acesso ao seu projeto? Será cobrado algum valor de entrada? Onde será realizado? O local está preparado para receber pessoas com deficiência?

- g)** Quais outras a es voltadas   comunidade o grupo ou coletivo cultural pretende desenvolver dentro do projeto como retribui o ao apoio? Por exemplo: oficinas, entradas gratuitas, doa o do que foi produzido no projeto, forma o de novos Agentes Culturais por meio de rodas de conversa e transmissão de saberes, etc?
- h)** Descreva rapidamente em ordem cronológica como pretende realizar o projeto? Quais são as etapas?
- i)** Onde pretende realizar seu projeto?
- j)** Quem fará parte do seu projeto? Conte um pouco sobre o que cada pessoa fará no projeto.
- k)** Quanto vai custar o seu projeto e como o grupo ou coletivo cultural vai utilizar os recursos? Informe quem pretende contratar e qual o valor que deseja gastar com as pessoas que farão parte do projeto.
- l)** Há mais alguma pessoa, empresa ou ente público que está ajudando a pagar este projeto? Se sim, quem e qual valor será ou foi pago?
- m)** Como o grupo ou coletivo cultural imagina que as pessoas ficarão sabendo do seu projeto? Pretende divulgar para a popula o de que forma?
- n)** Quais os produtos que serão obtidos neste projeto? Como o grupo ou coletivo cultural pretende distribuir esses produtos? Para quem e quanto para cada? Que tipo de resultados decorrerão do seu projeto? Como será distribuído?
- o)** Para quem o coletivo ou grupo pretende oferecer o seu projeto?

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 002/2023

**EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DE
DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS**

ANEXO XI – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO	TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N. ___/2023
AGENTE CULTURAL:	CPF/CNPJ:
NOME DO PROJETO:	
DESCRIÇÃO DO PROJETO:	
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (em dias, semanas e/ou meses)	
PR-PRODUÇÃO	
PRODUÇÃO	
PS-PRODUÇÃO	

ORÇAMENTO				
PRÉ-PRODUÇÃO				
ITEM	QUANTIDADE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRODUÇÃO				
ITEM	QUANTIDADE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PÓS-PRODUÇÃO				
ITEM	QUANTIDADE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			TOTAL:	

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2023

EDITAL DE APOIO A PROJETOS DE PRODU O AUDIOVISUAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ROTEIROS PARA OBRAS AUDIOVISUAIS

ANEXO XII – TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PARA ROTEIROS

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Autorais e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, eu _____ (nome(s)), RG n.º _____, CPF n.º _____, autorizo(amos) a cessão e transferência de direitos autorais, sem  nus, a partir da data de assinatura deste termo, do roteiro intitulado _____ ao Agente Cultural _____ para fins de filmagem no projeto _____, contemplado com recursos da Lei Complementar 195/2022, Lei Paulo Gustavo, visando   democratiza o do acesso   cultura, permitindo a amplia o do mercado audiovisual com base também no Decreto Federal n.º 11.525/2023, assim como o Decreto Federal n.º 11.453/2023 e do Decreto Estadual n.º 3.463/2023.

Declaro ainda que:

- a) Sou (somos) o(s) legítimo detentor(es) dos direitos patrimoniais de autor e/ou detentor do correspondente direito de comercializa o da obra acima referenciada, e que a mesma não viola e não infringe qualquer direito autoral existente, pelo qual me responsabilizo totalmente;

- b) Concedo ao Agente Cultural titular deste projeto os direitos de filmagem do roteiro, mantidos os créditos do autor, sem que isso implique direito   percep o de qualquer valor, inclusive a título de direitos autorais;

Considera es finais:

- a) Fica resguardado ao autor do roteiro o direito de ser informado sobre a programac o de veiculac o da obra, quando solicitada, bem como de ser devidamente creditado como autor da mesma.
- b) Este Termo de Cessão de Direitos Autorais Para Roteiros   passível de rescisão nos termos previstos em lei, regulamento, edital ou no próprio Termo de Execu o Cultural.

Pelo presente, declaro ciência e concordância com o disposto neste Termo de Cessão de Direitos Autorais Para Roteiros.

LOCAL, _____ de _____ de 2023.

Assinatura(s) do(s) detentor(es)